

CÂMARA MUNICIPAL
DA
COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ACTA Nº 11/2014

Da reunião ordinária pública realizada no dia 23 de Maio de 2014, iniciada às 09:09 horas e concluída às 12:56 horas.

Sumário:	1
Abertura	2
Período Antes da Ordem do Dia	3
Período da Ordem do Dia	16
Agenda	16
Aprovação de Actas	16
Balancete	17
Despachos	17
DAG	18
DOP	23
DL	26
DGU	27
DEASS	28
DCJD	30
Intervenção do Público	31
Aprovação em minuta	33
Votação das deliberações	33
Encerramento	33
Montante Global dos Encargos	33

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

ABERTURA

ACTA Nº 11/2014

No dia vinte e três do mês de Maio do ano dois mil e catorze, no Auditório Municipal da Covilhã, sito na Rua do Castelo, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente Vitor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Carlos do Carmo Martins e os Senhores Vereadores Pedro Miguel dos Santos Farromba, Joaquim António Matias, Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus, em substituição de Nelson António Mendes da Silva, Jorge Manuel Torrão Nunes e José Joaquim Pinto de Almeida.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

II- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente declarou aberto o período de antes da ordem do dia, apelando uma vez mais aos Senhores Vereadores para a maior objectividade e capacidade de síntese das suas intervenções para que os trabalhos não se prolonguem por muito tempo.

Seguidamente prestou um conjunto de informações à Câmara, nomeadamente:

A questão que está na ordem do dia ou seja a problemática das escolas do 1º. ciclo do ensino básico do concelho da Covilhã que, como é do conhecimento de todos, estão em risco de encerrar;

Que há também, infelizmente, por via da reforma ou do ordenamento da rede de saúde, o risco de outro estabelecimento de ensino – a Faculdade de Ciências da Saúde – ter um problema, e que tem a ver com a desclassificação do Centro Hospitalar da Cova da Beira. Como sabem foi publicada em 10 de Abril uma Portaria que vem desclassificar o nosso Hospital. Portanto na prática considera que Neonatologia, Obstetrícia, vulgarmente a nossa maternidade, que à luz dessa portaria deixa de existir no nosso Hospital. O mesmo acontece na Guarda e em Castelo Branco que são hospitais que fazem parte da rede em que está inserida a nossa Faculdade que é uma grande conquista para a Covilhã, não pode ser diminuída nas suas valências também por via da diminuição das valências do Hospital e esta é uma das preocupações também. E por isso mesmo ontem dirigi uma carta ao Senhor Ministro da Saúde pedindo-lhe com carácter de urgência uma audiência onde pretendo ver definitivamente estas questões, porque imediatamente a seguir à Portaria e quando colocámos a questão publicamente foi-nos dito que não estivéssemos preocupados, que nada disto ia acontecer. A verdade é que nos últimos anos temos assistido a situações que se fazem ensaios para ver como é que as pessoas reagem e depois as coisas consumam-se. Nós não podemos tolerar que o nosso Hospital, nem a nossa Faculdade fiquem diminuídos nas suas valências.

E o mesmo como não podia deixar de ser relativamente às escolas do ensino básico. Também por esse facto já reuni com os Senhores Presidentes de Junta por duas vezes; o Senhor Vereador do Pelouro Dr. Jorge Torrão já foi duas vezes também a Coimbra, à DREC, tratar deste assunto onde dispôs com a clareza que lhe é habitual a nossa posição que é a de não nos conformarmos com este encerramento; que os Senhores Presidentes de Junta estão informados e perfeitamente integrados na discussão e na análise deste problema e nas medidas a tomar. Estamos a fazer um abaixo-assinado por todo o concelho para o entregarmos ao Governo da República dando nota que os nossos concidadãos não se conformam com o encerramento das escolas e portanto estamos a trabalhar de forma concertada neste domínio. A Autarquia está a liderar juntamente com as Juntas de Freguesia esta luta e este processo, tentando tudo por tudo evitar o encerramento das escolas no nosso concelho.

Temos infelizmente pela frente um Governo que se mostra insensível a esta problemática e que se fosse do nosso partido a nossa posição era exactamente a mesma; nós estamos aqui para defender intransigentemente os interesses e os direitos dos nossos concidadãos, dos covilhanenses, e portanto terão pela frente a nossa firme e determinada oposição.

Temos pela frente uma primeira fase que é esta do abaixo-assinado, do diálogo, da conversa que devo ter e da posição firme que quero transmitir quer ao Ministro da Saúde quer da Educação nestes dois dossiers e a verdade é que se ainda assim persistir, tentar consumir ou consumir essas intenções terão pela frente, obviamente, a nossa

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

firme oposição e vamos por todas as vias legais, envolvendo também a população, na luta contra este tipo de políticas que visam encerrar o Interior por si já muito fustigado. Não vou percutir na questão da saúde que já sabemos que também tem um problema que para além das valências há também uma redução no financiamento para o nosso Hospital e portanto, também uma preocupação porque se reduzem as verbas, estão a diminuí-lo,

Queria também dar nota pública de que muito em breve, dentro de poucos dias reiniciaremos as obras que estavam paradas não por responsabilidade da Câmara designadamente do nosso Executivo. Estou-me a reportar às obras do Elevador do Jardim Público, o Alargamento da Rua Marquês d'Ávila e Bolama junto ao Colégio das Freiras e do Posto de Turismo à saída da Covilhã. Lográmos convencer a empresa adjudicatária, que não tinha capacidades nem possibilidades neste momento de continuar as obras, de ceder a posição contratual a outras empresas, pelo que dentro de muito pouco tempo, estas obras terão o seu reinício. Estamos a proceder à requalificação do espaço do Jardim das Artes um espaço que estava abandonado, cheio de ervas, arbustos e mato, que terá um arranjo urbanístico interessante com zona de lazer, zonas arborizadas, parque infantil e uma zona de água.

Estamos também a reparar dentro das nossas possibilidades as nossas estradas que como sabem estão esburacadas e danificadas devido ao inverso rigoroso. Estamos a minimizar esses estragos no sentido de as tornar mais utilizáveis.

Entretanto queria também anunciar que no dia 1 de Junho Dia Mundial da Criança inauguraremos um parque infantil na Urbanização da Ribeira de Flandres que terá simbolicamente e também de uma forma impressiva o nome que é “ O Mundo de Carolina” que é uma causa que a todos nos une em homenagem às crianças que são vítimas da doença de que padeceu Carolina e entendemos que era também uma forma de simbolizarmos esta posição de solidariedade para com todas as famílias que têm crianças com esta enfermidade.

Hoje mesmo e mais à frente teremos a oportunidade de, se assim for decidido, aprovarmos o lançamento da obra e da abertura de concurso público da Estrada Municipal 512 que liga o Ourondo às Minas da Panasqueira que é uma velha aspiração daquelas populações, que é uma estrada que oferece muitos perigos e já lá faleceram várias pessoas e que não queremos que novas tragédias lá ocorram.

Do ponto de vista financeiro informar que estão efectuadas todas as transferências para todas as Freguesias, incluindo o adiantamento do mês de Junho; que também para os Bombeiros Voluntários ontem mesmo foi ordenada uma transferência de 10.000 euros, esperando que até final do mês consigamos pagar os restantes 20.000 euros que estão protocolados.

Dar nota no que diz respeito a outras questões que na passada semana a Parkurbis passou a ter um novo Conselho de Administração presidido pelo Senhor Jorge Patrão, tendo também como membros do referido Conselho o Sr. Engº. Hélio Fazendeiro e o Sr. Miguel Bernardo, que irá administrar conjuntamente com Parkurbis, SA a Associação Parkurbis e procuraremos também, muito proximamente, articular o funcionamento da Parkurbis com os parques industriais do Canhoso e do Tortosendo para que tudo funcione de forma articulada e concertada.

Interveio a seguir o Senhor Vereador Joaquim Matias que após cumprimentar os presentes, disse ser com pena que, neste local, na casa da democracia, tenha que assistir-se a discussões sobre problemas que existem num prédio de habitação social e que achava que de uma vez por todas, e salvo melhor opinião, se deveria promover uma

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

reunião em que estejam pessoas com capacidade de análise e de decisão sobre estes problemas para que não aconteça de novo o que aconteceu hoje e que lamentava, e que provavelmente poderia vir a acontecer novamente se não se delinear uma estratégia que leve à resolução do problema destas pessoas.

Referiu-se depois ao problema que o Sr. Luís Proença transmitiu o qual disse já ter por si levantado numa reunião pública relativamente aos inertes depositados para arranjo de um caminho numa zona habitacional cujos moradores, disse, têm o mesmo direito que os habitantes de outros locais e que até se oferecem para participar em algumas despesas para o arranjo desta via.

Quanto à problemática do anunciado encerramento de algumas escolas do 1º. Ciclo, recordou que já em 1993 com um Governo do Partido Socialista que procedeu ao encerramento de serviços locais, veio para a praça pública defendendo o não encerramento e que o mesmo fará se o PSD no Governo tentar fazer o mesmo; que o encerramento dos serviços pode significar que a nossa região possa ficar desertificada e isso não poder acontecer.

Continuando, procedeu à leitura de uma declaração que solicitou seja transcrita para a acta, do seguinte teor:

“ Senhor Presidente, Senhores Vereadores:

Na reunião ordinária privada da Câmara realizada no passado dia 09 de Maio de 2014, abordou-se a possibilidade de poderem vir a encerrar oito a dez escolas de primeiro ciclo no concelho da Covilhã.

Como o Senhor Presidente da Câmara bem deve estar recordado, questionei V. Ex.^a, no sentido de nos informar quais as escolas com probabilidades de virem a encerrar.

O senhor Presidente referiu ser melhor não divulgar as escolas para não se alarmarem as populações.

Apesar de na altura não ter compreendido a resposta e o não facultarem a informação aos eleitos que não se encontram no regime de permanência, hoje, tenho que reprovar esse comportamento, porque os eleitos sabem as notícias através dos órgãos de comunicação social, em vez de serem informados no local próprio e por quem de direito.

Após a reunião de Câmara do passado dia 09 de Maio, os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia foram informados e bem, mas lamenta-se, que o signatário tenha sido contactado por eleitos em freguesias, para fazer o que estiver ao meu alcance para o não encerramento de estabelecimentos de ensino.

É do conhecimento de todos, é do conhecimento público que estou contra o encerramento de qualquer escola, e lutarei ao lado daqueles que norteiam a sua conduta por uma postura reivindicativa seja qual for o lugar que ocupem na vida social.

Tenho a certeza, que o encerramento ou não dos estabelecimentos de ensino no nosso concelho, dependa da capacidade de negociação que os autarcas são ou não capazes de fazer junto dos responsáveis.

E, mais uma vez lamento, que os senhores, não tenham querido a colaboração dos eleitos que não se encontram na gestão a tempo inteiro nesta Câmara.”

Continuando disse que se aos Vereadores tivesse sido dada informação, que as escolas poderiam encerrar, também eles poderiam ter feito diligências e ajudar nesta matéria, para o que manifestava a sua disponibilidade para o efeito.

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

Relativamente à Faculdade de Ciências e da Saúde e ao Hospital disse que também sobre esta matéria, não só os eleitos do PSD da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, assim como o PSD local estão contra aquilo que for penalizador para o concelho e para a região.” Podem contar connosco para estarmos na linha da frente em relação a esta matéria”.

Disse depois registar com agrado que se reiniciem as obras paradas, mas no entanto querer saber o ponto de situação quanto às multas contratuais relativamente a cada uma das obras, questão que disse já ter solicitado, para que os Vereadores sejam informados, e registar também com agrado o pagamento das transferências dos duodécimos respeitantes aos acordos de execução celebrados com as Juntas de Freguesia, permitindo que estas autarquias e os seus responsáveis que estão mais próximos e em contacto directo com as populações, resolvam os seus problemas.

Seguidamente referiu que foi através da comunicação social que teve conhecimento da nova administração da Parkurbis e também que o Director Executivo já não estava naquela empresa, questões que, em seu entender, deveriam ser tratadas primeiro internamente na Câmara Municipal e não ter-se conhecimento pela comunicação social, pelo que alertava que este tipo de situações não deveria ter acontecido desta maneira.

Assim, disse ir apresentar uma declaração que solicitou ser transcrita par a acta, do seguinte teor:

“Conselho de Administração do PARKURBIS

Senhor Presidente, Senhores Vereadores,

Tive conhecimento através da comunicação social, da nomeação de um novo Conselho de Administração do Parkurbis, e cujo Presidente é o senhor Jorge Patrão, acompanhado pelos senhores Hélio Fazendeiro e o senhor Miguel Bernardo.

Transcrevo a notícia do Jornal Fórum Covilhã, do dia 20 de Maio de 2014, que refere:

“Relativamente à situação financeira do Parkurbis, Jorge Patrão disse que os números serão divulgados “em breve”, mas foi adiantando que “pelos dados que conheço, estamos a falar em milhões, que estão aqui em dívida e que entraram já em incumprimento. É preciso resolver rapidamente este assunto”, avisou. O novo responsável do Parque de Ciência e Tecnologia atribuiu responsabilidades ao anterior elenco municipal, a quem acusa de “gestão danosa”. “Houve uma gestão danosa a vários níveis, por parte do executivo anterior, não só na Câmara Municipal, como nas empresas municipais, entre elas o Parkurbis”, critica. Jorge Patrão falou em “casos de empréstimos de tesouraria de valores superiores a um milhão de euros, para dar resposta a verbas de centenas de milhar”, e apontou que “no passado, e apesar de ser ano de eleições, o município não fez as transferências que eram devidas, e que se destinavam ao cumprimento das obrigações bancárias, decorrentes da construção dos edifícios”. Não é assim que se faz uma gestão séria, correcta e adequada, e espero que com esta nova Câmara isso possa ser resolvido”, afirmou.

Jorge Patrão disse mesmo que “apesar de não estar habituado a assumir organismos em boa situação financeira tão má. Tinha vergonha de deixar resultados financeiros deste tipo para quem viesse a seguir”, atirou.

Estou deveras surpreendido com o que atrás está transcrito, porque enquanto eleito, nunca fui informado por quem de direito nesta Câmara da real situação do Parkurbis, e o

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

agora Presidente do Parkurbis, no espaço de dias, está detentor de informação que os eleitos não têm desde Outubro de 2013, até hoje.

Mais:

Revela o senhor Jorge Patrão um conhecimento da situação da Câmara e das empresas municipais, que eu, enquanto eleito não tenho, pelo simples facto de os responsáveis não me prestarem essa informação, apesar de se ter acordado em reunião do executivo municipal que seríamos devidamente informados e canalizadas as respectivas atas dos Conselhos de Administração e das Assembleias Gerais, o que até à data de hoje ainda não aconteceu.

Senhor Presidente, senhores Vereadores,

È importante, para bem da Covilhã e seu concelho, que seja em cada um dos eleitos uma parte para a resolução do problema e não uma parte que agrave o problema.”

Ainda a propósito desta discussão apresentou um requerimento cujo teor se transcreve:

“Tendo tido conhecimento através da comunicação social que o Dr. Pedro Farromba e o recém-eleito Conselho de Administração do Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, SA, chegaram a um acordo no que diz respeito ao cessar das funções de Director Executivo da empresa terminando assim o contrato que existia entre as partes, venho requerer a V. Ex.^a o seguinte:

- 1 – Cópia do acordo celebrado entre as partes;
- 2 – Se os agora eleitos, para o Conselho de Administração são remunerados;
- 3 – Nome do futuro Director Executivo;
- 4 – Se ao agora eleito Presidente do Conselho de Administração do Parkurbis é exigida a Licenciatura ou não.”

Por último disse não querer acreditar que o Sr. Presidente de Junta de Freguesia possa proibir quem quer que seja de se dirigir por escrito ao Senhor Presidente da Câmara; “Isto é violentar a democracia. Nem no tempo de Salazar isto acontecia. Podiam ser censuradas mas escreviam e eu não posso acreditar numa coisa destas. Portanto peço ao Sr. Presidente responsável por essas nomeações que providencie para que estas coisas não aconteçam”.

O Senhor Vereador José Pinto disse que em relação à intervenção do público, que a habitação social havia sido o problema número um que havia sido eleito para começar a trabalhar, fruto do conhecimento que durante 24 anos, como responsáveis pela Freguesia de Boidobra, tinham do problema e do que representa para o Município a questão da habitação social. “Hoje passados poucos meses após ter demonstrado a minha preocupação, continuamos a ter em todas as reuniões, principalmente nas públicas, o estado lastimável dos edifícios de habitação social e a Câmara tem que de uma vez por todas assumir essa responsabilidade, porque estão em causa muitos fogos, muitas famílias e também temos que assumir e os utentes também têm de ser informados do estado em que se encontram as habitações. Tal situação tem a ver com um passado em que nunca mais quis saber dessas habitações. Limitaram-se a receber as rendas e deixá-las ao abandono. Rendas essas que todos sabemos foram alienadas a uma instituição bancária para ir buscar dinheiro. Portanto eu acho que nós temos que criar um regulamento que defina de uma vez por todas como as pessoas que entram para aqueles espaços são seleccionadas; como é que eles têm que **ser corresponsáveis pelo**

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

edifício. Eu estou a trabalhar numa proposta nesse sentido que em tempo oportuno fá-la-ei chegar à Câmara Municipal. Acho que as pessoas também quando entram para essas habitações têm que saber as regras para assim evitarmos estes conflitos. Mas isto também é o resultado da falta de acompanhamento técnico, não só da parte das obras, mas também na vertente da acção social. Não pode ser através de um projecto da Covilhã Solidária que se vai agora tentar minimizar. A Câmara tem que se dotar de um número suficiente de pessoas que tenham no seu percurso profissional formação própria para acompanhamento de todo este processo, pois são muitas as habitações. Portanto tem que munir-se de técnico de serviço social para esse efeito em número suficiente. A habitação social tem que merecer a preocupação deste executivo e tem que arregaçar as mangas e ir para o terreno; tem que recuperar edifícios; tem que ajudar as pessoas”. Em relação à questão dos caminhos disse que são uma chaga e mais de uma vez isso aqui ter sido referido.

Em relação à limpeza, disse: “ainda ontem me deparei com uma situação triste na zona do cá-te-espero. Os espaços verdes que lá existem estão totalmente abandonados. Portanto a ADC continua a fazer tábua rasa das indicações, das reclamações, dos alertas que nós fazemos. Aliás o Ribeiro do Alvito continua tal e qual aquando da minha primeira intervenção, assoreado, os terrenos estão todos invadidos com areias e plantas que estão a prejudicar as culturas e a AdC não faz nada. Não percebo o que é que ela anda a fazer. Segundo o Senhor Presidente mexeu agora no dito jardim ou parque das estátuas e em mais lado nenhum.

A este respeito a comunicação social infelizmente não faz alusão às nossas propostas. Eu tive que elaborar um documento e fui aos bairros informando as diligências que nós estamos a fazer. Por mero acaso fui interpelado pela brigada da GNR responsável pela floresta a pedir-me informações sobre os proprietários e eu disse que a Câmara teria de ser notificada por não limpar os espaços públicos, para dar o exemplo”.

Continuando disse, em relação ao encerramento das escolas, lamentar o facto, mas que de facto a CDU, há muito mas muito tempo, tal como a FENPROF e o sindicato dos professores da região vinham alertando para este problema. O PS, o PSD e o CDS têm sempre a tendência de dizer lá vêm os alarmistas, mas depois dá nisto. “Aliás o Sr. Presidente, aquando na última reunião, quando nos informou desta situação até disse que os Srs. Presidentes de Junta não queriam que não se tornasse público para não se criar um certo alarmismo. É no que dá. Deixamos passar 8, 15 dias, 2, 3 meses e quando damos por ela o facto está consumado. Lamento que estes três partidos, e o PS fora quem escancarou a porta, para que o PSD e o CDS o estejam a fazer quer às escolas, às finanças, aos centros de saúde, à agregação das freguesias, aos tribunais, às maternidades. Infelizmente, estamos a colher os frutos daquilo que foi um passado não tão longínquo”.

“Em relação a outras novidades que o Sr. Presidente referiu, foi isso que nós pedimos que fossem agendados na reunião que se realizou ontem e apenas foi contemplado um assunto. Esperamos que daqui para a frente a Câmara tenha o cuidado de informar todo o Executivo do que é o dia-a-dia da Câmara Municipal.

Interveio a seguir o Senhor Vereador Pedro Farromba que disse: “Relativamente ao encerramento das escolas e dos serviços de saúde assistimos nos últimos anos a uma retirada de serviços e valências que todo o Interior do País tinha., independentemente de quem estivesse no Governo seja o PS ou o PSD. Já assistimos ao encerramento dos correios, de unidades de saúde, escolas e Jardins de Infância e aquilo que está na

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

iminência de poder vir a acontecer, os encerramentos, é mais uma que condiciona e muito a vida de quem cá vive.

Tive a oportunidade de na última reunião ordinária alertar para esta situação. Alertar para a questão dos serviços de saúde, na perda da requalificação dos hospitais, da possibilidade da perda de alguns serviços, não só a maternidade, mas também de outros serviços que podem por em causa o funcionamento da Faculdade de Ciências da Saúde e nessa reunião deixei a sugestão de ser feita uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal no sentido de podermos, pese embora as diligências que estão a ser feitas pelo Sr. Presidente e pelos Srs. Presidentes de Junta, todos em conjunto e todas as forças políticas e eleitos na Assembleia Municipal poderem tomar um posição de força e eventualmente virmos para a rua, se for o caso, reclamar aquilo que são os nossos direitos, porque quem como nós aqui vive é cada vez mais difícil viver. Porque temos os mesmos problemas sociais, económicos e financeiros dos que vivem no litoral e outros problemas que nos vêm sendo impostos por quem governa o nosso País, que olha para o Interior de vez em quando, tal como aconteceu durante as últimas semanas que estivemos em eleições, e depois passamos uns meses até às próximas eleições sem que se lembrem que aqui existe gente.

Portanto acho que é urgente que haja esta tomada de posição conjunta. Da minha parte e dos eleitos do Movimento Acreditar Covilhã disponibilizamo-nos para tudo o que for feito neste sentido e deixávamos para além da sugestão da Assembleia Municipal extraordinária, a realização de uma reunião de todo o Executivo Municipal com o Presidente do Centro Hospital e da Faculdade de Ciências da Saúde no sentido de saber também se eles têm outra informação que nós não tenhamos e para que também eles se for o caso poderem connosco e tomar uma posição, porque imagino que também queiram que estes serviços aqui se mantenham.

Referiu-se depois à intervenção do Senhor Presidente em relação à questão da taxa do subsolo. “Penso que o Sr. Presidente cometeu um lapso quando diz que a Câmara perdeu a acção. Na verdade a Câmara ganhou a acção contra a Beiragás e o problema é que a Beiragás está a cobrar dos anos que andou sem cobrar. É uma situação que é perfeitamente ilegítima que há cerca de um ano atrás foi reclamada nos sítios certos e que até hoje não houve provimento e que nós continuamos a pagar”.

Referiu por último ter sido contactado por um conjunto de moradores da zona da Quinta Branca que, segundo pensava, já teriam alertado a Câmara acerca das estradas e da limpeza das zonas envolventes em que o mato está já a ocupar parte da via pelo que deixava este alerta para que se pudesse fazer alguma intervenção.

Seguidamente o Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: “No âmbito da reunião que tive com os Srs. Presidentes de Junta, esta semana, uma das medidas que entendemos em conjunto adoptar é também a ideia de realizar uma Assembleia Municipal que verse não só sobre a questão das escolas mas também sobre a questão da saúde e também sobre a reorganização do mapa judiciário, três questões que a todos nos preocupam e devem ser objecto de discussão, pelo que muito proximamente iremos levar a efeito essa reunião que se nos afigura deveras importante.

Relativamente à problemática da saúde devo notar que no dia seguinte ao dia que saiu a Portaria em contacto telefónico com o Sr. Presidente do Conselho da Administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira, também se mostrou algo perplexo, porque a lei é um pouco equívoca, se fosse clara ao classificar o nosso hospital como do Grupo 1 e

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

neste grupo não estava contemplada nem a Neonatologia, nem a Obstetrícia, leia-se maternidades, e portanto desde logo conversámos e comungámos dessa preocupação, sendo que o Sr. Presidente do Centro Hospitalar das informações que dele me têm chegado não será assim, que haverá aqui exagero, mas são as informações do Sr. Presidente do Centro Hospitalar, que muito respeito, contudo a questão vasta, superior, é o que lhe dizem a ele e o que tencionam fazer e aquilo que está escrito. Portanto devemos de facto não baixar a guarda relativamente a essa problemática.

Relativamente à limpeza disse: "Há aqui uma questão recorrente que é transversal à intervenção dos senhores três Vereadores que diz respeito a limpezas, devo dizer e registar positivamente o trabalho que a AdC está a realizar. É sempre fácil identificar sítios onde ela ainda não interveio porque os casos são muitos. Temos 550 km² de território, temos localidades muito dispersas, este inverno foi muito chuvoso que agora faz despontar muita vegetação, intervenção esta que está a ser feita, mas não se pode chegar a todo o lado. Temos recebido muitos elogios ao trabalho da ADC mas muitos têm também reclamado por não se ter chegado ainda onde é necessário.

O Senhor Presidente deu depois a palavra ao Senhor Dr. João Marques, Presidente do Conselho de Administração da ADC, para informar a este propósito que houve uma reunião nas instalações da AdC com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra onde ficou acordado a apresentação de candidatura ao PRODER para limpeza da Ribeira do Alvito, incluindo uma passagem hidráulica; que a freguesia da Boidobra não está integrada directamente na área de intervenção da ADC.

O Senhor Vereador José Pinto interrompeu dizendo ter pedido para lhe indicarem onde é que estão a fazer as intervenções referentes à limpeza dos espaços públicos.

O Senhor Dr. João Marques disse não conhecer propriamente o problema da zona do Cá-te-espero, afirmando contudo que dentro daquilo que é a cooperação entre a ADC e a Junta de Freguesia, estar a colaborar-se, na medida do possível inclusivamente com o material que é solicitado, o que anteriormente não era feito.

O Senhor Vereador José Pinto disse lamentar que não se conheça o problema da zona do Cá-te-espero, assim como da Sr.^a. do Refúgio, do Bairro da Alâmpada, do Ribeiro de Flandres, do Bairro da Ponte da Terra e Minas da Panasqueira, questões que já havia levantado na reunião anterior e que estão em acta. "Estas situações, de que eu falo, não é por acaso que não são tidas em conta".

O Senhor Presidente respondeu que não se pode ir a todos os sítios ao mesmo tempo e que o Senhor Director Executivo havia tomado nota destas situações e de certeza que iriam ser avaliadas.

O Senhor Vereador José Pinto respondeu que existe sim uma candidatura para a limpeza de árvores e arbustos em posição de perigo para o leito da Ribeira mas isso nada ter a ver com o assoreamento da ribeira que é um problema urgente.

Interveio a seguir o Senhor Vice-Presidente dizendo que apesar de ser o Presidente do Conselho de Administração, quem tem estado mais presente nestas questões eram o Sr. Dr. João Marques e o Sr. Engenheiro José Miguel, podendo contudo adiantar que a AdC

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

tem procedido a limpezas, mas também ser bom dizer que a competência da limpeza de caminhos, pela nova lei, pertence às Juntas de Freguesia. Relativamente às limpezas referiu que foram efectuadas várias intervenções, desde a Biquinha, Canhoso, Ribeiro de Flandres, etc. que inclusivamente a ADC teve pedidos de corte de plátanos, mas que é humanamente impossível fazer esse corte das árvores. “Fizemos a limpeza necessária em zonas de grande densidade habitacional e não só no Jardim das Artes e nomeadamente em Santo António, nos Sete Capotes, Penedos Altos e outros locais, trabalho que tenho acompanhado na ADC e, obviamente que sendo pessoas nomeadas pelo Partido Socialista, tanto o Sr. Dr. João Marques como o Sr. Eng.º José Miguel, em conjunto com todos os colaboradores da ADC têm feito um trabalho muito positivo. Quanto à freguesia da Boidobra já dei indicações para se fazer um levantamento das lacunas existentes das limpezas que é necessário fazer-se e temos um plano para por em andamento de harmonia com uma reunião havida com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra. Nós estamos a fazer o nosso trabalho de uma forma empenhada, dedicada e honesta. Não há nenhuma freguesia preterida, para nós são todas iguais”.

O Senhor Vereador José Pinto respondeu afirmando: “Não estou a falar só sobre a freguesia da Boidobra onde querem colar-me por ter sido responsável durante 24 anos naquela autarquia. Aquilo que o Sr. Vice-Presidente referiu diz respeito praticamente às Juntas da Cidade. Eu falei de vários locais que visitei e do que em alguns casos as pessoas me alertaram. Fui distribuir comunicados pois a comunicação social não faz eco do nosso trabalho. Estou a falar do concelho. Ainda não tive a oportunidade de ir a Verdelhos porque não estou em permanência e não tenho carro e motorista à minha disposição que me leve a esses locais”.

O Senhor Vice-Presidente: “Parece que ofendi porque iniciou a intervenção em defesa da honra. Peço desculpa se o ofendi porque eu sou humilde. No entanto penso que não e aproveito para dizer o seguinte. Sou Vereador a tempo inteiro. Fomos todos eleitos e tenho estas responsabilidades acrescidas e procuro fazer o meu melhor. Infelizmente ainda não fui a todas as freguesias como pretendia porque somos apenas três no Executivo, a tempo inteiro, e penso que todos sabem nomeadamente o Dr. Pedro Farromba e Prof. Joaquim Matias, o trabalho que existe numa Câmara Municipal. Quero também deixar claro que nas questões político/partidárias que se avizinham, não serei interveniente nessas questões”.

O Senhor Presidente retomou a palavra para, sobre a habitação social, informar que existem 2 técnicos superiores de sociologia e 1 técnico de acção social e que está a ser elaborado um guia do morador, e que, obviamente, agradecia os contributos que o Sr. Vereador pudesse aportar em termos de sugestões que seriam bem acolhidas. “Referiu e muito bem que o estado da habitação social é calamitoso e como também não podemos intervir em todo o lado, estamos a fazer pequenas intervenções. Aliás há um protocolo de colaboração com a UBI que nos está a ajudar nessa estratégia no sentido da recuperação desse património. Qualquer responsável camarário gostaria de fazer tudo mas ao mesmo tempo não é possível. Fazemos o que é humana e tecnicamente possível, sendo que estamos empenhados nisso e a começar quase do zero”.

Que quanto às escolas não havia nada a esconder. “Pelo contrário o que queremos é que dêem o vosso contributo e a vossa ajuda”.

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

Havia ali um duplo problema. A primeira, que era a reunião em que o Senhor Vereador ia representar a Câmara na DREC. Entendemos também na altura e também pela sugestão visada e prudente de alguns Srs. Presidentes de Junta que se estávamos a negociar no fundo com a DREC não iríamos ao mesmo tempo a abrir uma frente. Se íamos lá dialogar com eles não estávamos dois dias antes do diálogo a abrir uma frente de batalha. Foi nessa perspectiva que se falou do alarmismo. Nessa perspectiva também de alguns deles quererem também gerir nas freguesias a melhor forma destas questões e que nós respeitámos. Foi em obediência a esse respeito que temos a esses Presidentes de Junta. Mas nunca com a ideia de sonegar, de esconder qualquer informação. Pelo contrário. É a triste realidade e o que nós queremos é que o Sr. Vereador que pertence ao partido do governo possa dar uma ajuda nesse sentido para combatermos este flagelo que é o encerramento das escolas.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que a questão do encerramento das escolas afinal não seria assim tão sigilosa porquanto os eleitos tinham recebido uma comunicação do Sr. Presidente da União das Freguesias do Peso e Vales do Rio acompanhada de um abaixo-assinado pela população, documento esse que levou o seu tempo a preparar, significando que a questão já era do conhecimento público.

O Senhor Presidente respondeu que foi caso único, pontual, porque a vontade maioritária dos Senhores Presidentes de Junta não havia sido essa.

O Senhor Vice Presidente pediu a palavra dizendo que só teve conhecimento dessa carta verbalmente e aproveitar para informar que teve conhecimento, também verbalmente, de que um director de um agrupamento de escolas que foi ao encontro de um Presidente de Junta com um documento oficial informando-o de que essa escola não seria fechada, pelo que perguntava se alguém ouvira dizer isso.

O Senhor Vereador José Pinto disse que no Conselho Geral da Frei Heitor Pinto, que é uma das mais lesadas, não foi lá feita essa alusão.

O Senhor Vice Presidente de novo no uso da palavra disse: “A pergunta que estou a fazer aos meus colegas do Executivo é porque isso deixou-me preocupado. Quando um presidente de um agrupamento de escolas que vai directamente a um presidente de Junta de Freguesia e diz a vossa escola não vai fechar, não será que alguém estará a defender determinada Junta? Se realmente isso é verdade, isso é grave. As Freguesias são todas iguais. Nós precisamos de escolas, porque sem escolas não há vida nas freguesias. E como não tenho problemas de falar daquilo que oiço, eu ouvi falar de um professor Ivo”.

O Senhor Vereador José Pinto referiu que o único Presidente de Junta que lá estava era o da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio.

O Senhor Presidente retomou a palavra para, em relação às questões colocadas pelo Senhor Vereador Joaquim Matias, dizer que na Assembleia Geral da Parkurbis, SA em que participou em representação do Município foi ali deliberado para além da eleição do Conselho de Administração, que o Presidente é o único que vai ser remunerado e que não há nenhum óbice ao facto de o Senhor Jorge Patrão não ser licenciado, aliás de harmonia com uma distinta jurista em representação da Caixa Capital que trabalha todos

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

os dias com este tipo de questões por todo o País, e se nós já não tínhamos dúvidas e eu pessoalmente não as tinha, não há margem para dúvidas que não há nenhum óbice que um não licenciado possa presidir a um Conselho de Administração; que a qualificação profissional e académica é sempre muito importante, mas há não licenciados mais cultos, mais sábios, mais experientes do que muitos licenciados e o que importante é o que as pessoas sabem, a experiência que têm consolidada, o contributo que podem dar e não as licenciaturas que ostentam ou não.

O Senhor Vereador José Pinto disse ter conhecimento que o Protocolo com a UBI acerca da habitação social ainda não teria chegado ao Departamento de Engenharia para ser assinado, o que sendo verdade significaria estar a perder-se muito tempo, ao que o Senhor Presidente respondeu que já o havia assinado.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que em relação à habitação social tinha um regulamento pronto, feito também com exemplos recolhidos de outros municípios, pelo que sugeria ao Sr. Presidente a organização de uma Comissão constituída por um elemento de cada força política e com o Sr. Vereador da Habitação Social para que se elabore um documento com os contributos de todos.

O Senhor Presidente respondeu dizendo que tal como havia já referido está a ser elaborado um documento pelos serviços, podendo-se depois compilar os contributos de todos.

A Senhora Vereadora Marta Alçada chamou a atenção do Senhor Presidente para a questão da cedência de espaço às Conferências de São Vicente de Paulo, que é urgente, porque não têm espaço para armazenar todos os donativos e vincar também a urgência para a assinatura do protocolo que foi aprovado em reunião de Câmara de modo poder proceder-se aos pagamentos desde Janeiro até agora.

O Senhor Presidente respondeu que ainda este mês seria regularizada a situação e que a questão do protocolo está também tratada.

O Senhor Vereador Joaquim Matias questionou sobre o ponto da situação relativamente à proposta que foi aprovada por unanimidade sobre o Regadio da Cova da Beira e que, segundo disse, era urgente que se pegasse neste processo a fim de ser presente à próxima reunião.

O Senhor Presidente disse não ver inconveniente em ir à próxima reunião.

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

Foi mantida a ordem de trabalhos da reunião.

2. APROVAÇÃO DE ACTAS

A Senhora Directora do Departamento de Administração Geral informou que os textos das actas estão a ser revistos.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à acta, e que apresenta os seguintes valores:

. Total de Disponibilidades: 2.929,586,94 € (dois milhões, novecentos e vinte e nove mil, quinhentos e oitenta e seis euros e noventa e quatro cêntimos).

. Documentos: 3.009,20 € (três mil e nove euros e vinte cêntimos).

. Dotações Orçamentais: 2.192.451,71 € (dois milhões, cento e noventa e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um euros e setenta e um cêntimos).

. Dotações não Orçamentais: 737.135,23 € (setecentos e trinta e sete mil, cento e trinta e cinco euros e vinte e três cêntimos).

4. DESPACHOS

Não foram agendados assuntos neste ponto da ordem de trabalhos.

5.1 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) Aquisição de edifícios

Presente informação n.º 29, do Departamento de Obras e Planeamento, datada de 12/05/2014, relativa ao processo de aquisição dos edifícios sítos na Rua Comendador Marcelino, n.ºs 15 e 17 e Travessa S. Bartolomeu n.ºs 8 e 10, propondo que a Câmara Municipal, face ao tempo decorrido sem poder executar a deliberação pela qual autorizou a aquisição dos imóveis, por causas que não lhe são imputáveis, revogue a deliberação de 17/11/2006 e delibere não estar interessada na aquisição dos imóveis, dando conhecimento aos proprietários, e encarregar os serviços de proceder a vistoria actualizada das condições de segurança e salubridade.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse desejar que os procedimentos de vistoria sejam céleres para que se possa dar uma imagem mais limpa, paisagística e arquitectónica à cidade.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, e de harmonia com a informação dos serviços, deliberou desistir da aquisição dos edifícios sítos na Rua Comendador Marcelino, n.ºs 15 e 17 e Travessa de São Bartolomeu, n.ºs 8 e 10, revogando, na parte aplicável, a deliberação tomada em 17/11/2006, dando-se conhecimento aos interessados/proprietários.

Mais deliberou encarregar os serviços para procederem à realização de vistoria para verificação das condições de segurança e salubridade dos imóveis.

b) Nova Covilhã – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM – Prestação Anual de Contas – 2013

Presentes os documentos da prestação anual de contas - Relatório de Gestão e Contas de 2013, acompanhados da certificação legal e do relatório e parecer do Fiscal Único, para efeitos do disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto.

O Senhor Vereador Joaquim Matias apresentou um documento que passou a ler, do seguinte teor: “Como é sabido a Câmara Municipal deliberou em 28/12/2012 a dissolução com transmissão do património da Nova Covilhã, SRU, E.M. para a Câmara Municipal. A Assembleia Municipal deliberou em 15/02/2013, tendo aprovado a proposta da Câmara Municipal da Covilhã. A empresa Nova Covilhã durante a fase de dissolução manteve um permanente trabalho de monitorização do edifício requalificado no âmbito dos seus investimentos e de arrendamento e alienação do mesmo enquanto factores potenciadores de captação de potenciais residentes e de animação do Centro histórico. Como é sabido o ex-responsável da SRU, professor João Esgalhado manifestou publicamente e no órgão – Câmara Municipal -, a sua discordância quanto à dissolução da mesma. A este propósito e no ano de 2013 ficaram diversas habitações prontas a habitar, nomeadamente na Rua Comendador Gomes Correia. Quanto a estas casas, gostava de saber se a requalificação do logradouro envolvente às referidas casas já foi feito. Também gostava de ser informado se a empresa SRU nos anos de 2010,

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

2011 e 2012, porque esta informação é muito importante, fechou com passivo do município e caso afirmativo qual o passivo em cada ano referidos. Pelo que julgo saber, se o Município tivesse liquidado atempadamente as diversas dívidas que foi criando para com a SRU, esta tinha implementado diversos projectos que tinha e ficaram suspensos. A SRU deixou diverso património adquirido, pago e por requalificar. Quantos projectos estavam contratados e que foram suspensos por falta de verbas?

Registo com agrado que a empresa municipal apresente um resultado líquido do exercício, positivo, no valor de 39.725,54 €, resultado esse que se deve fundamentalmente ao esforço e dedicação que o ex-responsável professor João Esgalhado pôs à causa da empresa municipal SRU.

Eu vou votar favoravelmente esta matéria, mas alerta para o facto da necessidade urgente da criação de mecanismos que devam ser colocados à causa da reabilitação urbana na cidade e no concelho, porque eu entendo que a SRU desenvolveu um bom trabalho no Município e só o não desenvolveu mais porque como digo, os anos de 2010, 2011 e 2012, na verdade a responsabilização a Câmara Municipal perante a SRU não foi aquela que deveria ter sido. Gostava de ter, de facto, respostas para estas questões, Senhor Presidente.”

Interveio a seguir o Senhor Vereador José Pinto que disse comungar das preocupações transmitidas pelo Senhor Vereador Joaquim Matias em relação à Sociedade de Reabilitação Urbana. “Acho que desenvolveu um óptimo trabalho e tendo em conta a desertificação que as nossas povoações sofreram, justificavam a continuidade do trabalho. É verdade que ela se cingiu a duas ou três freguesias mas não deixa de ser satisfatório”.

O Senhor Vereador Pedro Farromba questionou sobre a situação do processo, nomeadamente se a extinção vai ou não para a frente.

O Senhor Presidente referiu que o Senhor Eng.º Vieira e o Senhor Dr. Júlio responderiam às questões técnicas e financeiras.

Que entretanto não podia deixar de evidenciar o trabalho do ex-Vereador João Esgalhado à frente da Sociedade de Reabilitação Urbana, do empenho, do muito esforço e entusiasmo, da muita competência que dedicou a este projecto e achar que é de elementar justiça elogiar o trabalho que desenvolveu com abnegação. Continuando disse: “comungo das preocupações, revitalizar, regenerar, dar vida aos centros históricos não só da cidade como das vilas e aldeias do nosso concelho é de facto uma vontade e uma aspiração nossa. O caminho faz-se caminhando. Costumo citar os dois casos paradigmáticos que são Guimarães e Évora que começaram há 30 anos, nós, há menos. Vamos procurar arranjar no urbanismo arranjar uma área e funcionários que se dediquem a esta matéria.

Seguidamente deu a palavra ao Senhor Eng.º Vieira que disse não ter, no momento, elementos relativamente aos valores dos anos 2010, 2011 e 2012, informação que poderia ser dada oportunamente.

Relativamente ao arranjo da parte posterior do edifício da Rua Comendador Gomes Correia disse estar preparado o processo e a ser feita a consulta pública para a realização daqueles trabalhos e aguardar-se a oportunidade de adjudicação.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Relatório de Gestão e Contas de 2013 da Nova Covilhã – Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, conforme proposto pela Comissão Liquidatária da empresa, bem como aprovar a proposta de transferência para resultados transitados do resultado líquido do exercício positivo, constante do relatório de gestão e documentos da prestação de contas.

c) Extinção de caucões

Fornecimento dos projectos de especialidades para a criação do Centro de Acolhimento e Interpretação Arqueológica da Senhora das Cabeças e Projecto de Musealização das Ruínas Romanas de Orjais

Presente informação do Sr. Director do Departamento de Obras e Planeamento, datada de 08/05/2014, que na sequência do fornecimento dos projectos de especialidades para a criação do Centro de Acolhimento e Interpretação Arqueológica da Senhora das Cabeças e Projecto de Musealização das Ruínas Romanas de Orjais, contratado com a empresa Atelier AA, Lda., propõe seja autorizada a extinção da respectiva caução.

O Senhor Vereador Joaquim Matias disse que em relação aos fornecimento dos projectos de especialidades para a criação do Centro de Acolhimento e Interpretação Arqueológica da Senhora das Cabeças e Projecto de Musealização das Ruínas Romanas de Orjais, esta era uma matéria que lhe era muito grata e que já no tempo do falecido padre Serra tinha acompanhado este processo ou esta intenção, e que inclusivamente tinha-lhe prometido o alcatroamento da estrada para a Senhora das Cabeças, mas que entretanto, quando tudo estava preparado para ser alcatroada no tempo em que exerceu funções autárquicas em permanência, faleceu o senhor padre Serra mas fez-se justiça e em sua memória tinha mandado alcatroar aquela estrada.

“E agora refiro que este projecto de facto da recuperação desta arqueologia, entendo que a devemos fazer. E porquê? Nós temos o exemplo da Covilhã que tem a maior judiaria da região. Belmonte, que não tinha a judiaria que nós temos, aproveitou e tem um ex-libris em Belmonte. Nós temos neste momento uma riqueza arqueológica em Orjais. Pode ser um factor importante, mas muito importante, não só para a freguesia de Orjais, para o concelho, para a região e para o país. “

Continuando a sua intervenção disse “A Câmara Municipal, desenvolveu um processo que tem a ver com o fornecimento dos projectos de especialidades para a criação do centro de acolhimento e interpretação arqueológica da Senhora das Cabeças e projectos de musealização das ruínas romanas de Orjais.

Desenvolveu, como disse, e bem.

É certo, que a sensibilidade de uns não é obrigatoriamente a sensibilidade de outros no que toca neste caso à riqueza arqueológica.

O que pretende saber, para saber como votar é o seguinte:

1 – Esta Câmara pretende ou não, dar continuidade a este processo?

2 – O responsável pelo pelouro das Freguesias ou da Cultura, já reuniram com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Orjais?

3 – Se sim, quais as conclusões a que chegaram quanto a este processo em causa?”

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

O Senhor Presidente disse que o Centro de Acolhimento e Interpretação Arqueológica da Senhora das Cabeças é, indubitavelmente, um projecto que é para continuar. “Inclusivamente em situações anteriores a esta questão e do agendamento desta questão tive a oportunidade de falar com o Sr. Presidente da Junta de freguesia de Orjais e já lhe transmiti que é nossa intenção levar por diante aquele projecto. É um projecto importante, está ali um achado arqueológico de grande importância, que está ainda soterrado, tem que ser objecto de intervenção de escavações. Sei que era um projecto querido e caro ao meu velho professor do ciclo preparatório, padre Serra, de quem tinha o privilégio de ser amigo e que encarava aquele projecto com muito carinho e, por isso também, é uma homenagem ao padre Serra darmos continuidade a este importante centro arqueológico.

A Câmara, por unanimidade, deliberou autorizar a extinção da caução prestada no contrato de fornecimento dos projectos de especialidades para a criação do Centro de Acolhimento e Interpretação Arqueológica da Senhora das Cabeças e Projectos de Musealização das Ruínas Romanas de Orjais, celebrado com a empresa Atelier AA, Lda.

d) Empreitada de beneficiação da EM 512 entre o rio Zêzere e a Barroca Grande, incluindo o ramal EM 512-1 até ao limite do concelho – abertura de procedimento de concurso público

Presente informação da Senhora Directora do Departamento de Administração Geral, datada de 19/05/2014, remetendo para aprovação o programa de concurso, o caderno de encargos – cláusulas gerais e técnicas, mapa de qualidades, peças desenhadas, plano de segurança e saúde e plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, obra de beneficiação da EM 512 entre o rio Zêzere e a Barroca Grande, incluindo o ramal EM 512-1 até ao limite do concelho, e a abertura de concurso público, com preço base de 1.414.000,00 € e prazo de execução entre 270 e 365 dias, bem como a aprovação da proposta de constituição do respectivo Júri.

O Senhor Vereador Joaquim Matias pediu a palavra dizendo: “Considero muito importante não só para as pessoas que moram na zona de couto mineiro, mas é também, importante para a economia local, para o Concelho da Covilhã e para o país, esta intervenção.

Salvo melhor opinião, PECA POR TARDIO o inicio deste processo.

Como todos sabem, desde que tomámos posse, me tenho debatido e reivindicado o que agora se vai iniciar, não isentando o anterior executivo de alguma responsabilidade pelo estado em que se encontra.

Como é sabido, este processo tem ainda que ir ao Tribunal de Contas;

Como é sabido, a verba contemplada no Plano e Orçamento para o ano de 2014 é francamente insuficiente, apesar de ter alertado em sede própria para essa realidade;

Infelizmente, espero enganar-me, o inicio desta empreitada terá como parceiro no tempo o Outono ou Inverno, o que nos vai certamente trazer alguns constrangimentos.

Mas, mais vale tarde que nunca, e por isso vou votar FAVORÁVELMENTE, esperando, que o troço entre o Ourondo e a Ponte tenha a intervenção ao nível da

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

camada de desgaste e sinalização horizontal e vertical, bem como a respectiva protecção, para a segurança de pessoas e bens, e ainda para que dentro de alguns meses a mesma não esteja degradada.”

Depois de esclarecido sobre qual o troço do ramal da Em 512-1, o Senhor Vereador disse querer sensibilizar o Senhor Presidente para o seguinte: “Eu disponibilizo-me para ir com o Senhor presidente da Câmara, com os técnicos, se assim o entender, falar com o Senhor Presidente da Câmara da Pampilhosa da Serra, porque a ligação do concelho da Covilhã ao concelho da Pampilhosa da Serra, via Cristo Operário, do alto até à Portela de Unhais, a intervenção por parte a Pampilhosa da Serra já está a ser feita. Nós temos um curto espaço de intervenção. Eu recorro-me em anos idos, eu tive também responsabilidade nessa matéria, tentámos fazer um projecto intermunicipal entre a Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra e a Câmara Municipal da Covilhã, até porque a Câmara Municipal tem equipas e brigadas e central de betuminoso ao ponto de os caminhos florestais estarem todos alcatroados, fruto exactamente de terem estes mecanismos, estes meios, mas disponibilizo-me se o Sr. Presidente aceita e a Câmara assim o entender, irmos com o Sr. Presidente da Câmara e com os técnicos à Pampilhosa da Serra estudar a possibilidade desta ligação no concelho da Covilhã ao concelho da Pampilhosa da Serra.

A Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra investiu seiscentos mil contos nas infraestruturas junto à barragem de Santa Luzia. Portanto o que quer significar que temos ali um potencial turístico e não só, temos uma potencial ligação a Coimbra por aquela zona, nomeadamente as pessoas do Barco, podem-se meter por ali com destino a Coimbra que é muito mais rápido se aquela ligação estiver feita.

Senhor Presidente alertava para essa situação, para dizer-lhe que vou votar favoravelmente como digo, mas fico com uma preocupação como refiro no documento que a ligação do Ourondo até à Ponte que não tem a camada desgaste de regularização são cerca de 5 cm, penso eu, de betuminoso, que devia ser a quente e não a frio como foi feito na primeira intervenção e depois todo o sistema de sinalização e de segurança da estrada.

O Senhor Vereador José Pinto disse, em relação à EM 512, que na passada quarta-feira tinha ido verificar em que condições é que aquela gente se deslocava para ir para os seus locais de trabalho, prioritariamente às Minas e também aqueles que se deslocam para vir à cidade nomeadamente os estudantes. Referiu ainda e tal como havia dito o Sr. Vereador Joaquim Matias esta obra peca por tardia. ”Daquilo que me foi dito pelo Sr. Director de Departamento não se trata de uma obra como a que foi feita anteriormente, que era uma empreitada completa e acho que é uma obra prioritária para o concelho. Se pudermos ir ao encontro da sugestão no que respeita à ligação ao concelho da Pampilhosa, eu acho que sim porque há muitos trabalhadores que também vêm de lá para as Minas e com quem tive a oportunidade de falar. Portanto acho que é importante em todos os níveis”.

O Senhor Vice-Presidente Carlos Martins disse em relação à empreitada de beneficiação da EM 512 que o ponto alto desta reunião era exactamente a abertura do concurso para esta obra. ”Uma obra para as pessoas. E vou ao encontro das palavras do Vereador Professor Joaquim Matias e José Pinto porque no passado o que se verificava era que havia empreitadas eleitorais e a prova disto é que as obras foram realizadas nesta estrada para nada servirem. Apenas serviu para se gastar dinheiro e pôr em causa a

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

segurança das pessoas. E é preciso ter alguma coragem, repito coragem, de todos nós, os sete elementos, de lançarmos uma obra no valor de um milhão e quatrocentos mil euros, obra que não tem participação, mas é preciso resolver o problema daquelas populações. Poderá dizer-se, ou poderão alguns cidadãos dizer a Câmara não ter dinheiro e, afinal, tanto dinheiro para a EM 512. Ainda bem que ao final de 6 meses o Departamento de Obras e Planeamento conseguiu por nesta reunião para que nós possamos avançar para a adjudicação desta obra. Estou de acordo com o que disse o Vereador Joaquim Matias, temos que ir um pouco mais além, a ligação à Pampilhosa é importante, eles têm os meios que nós não temos, infelizmente, e portanto faço votos para que esta obra decorra dentro da normalidade, traga mais segurança aquelas populações, mais desenvolvimento e a própria economia seja também servida com esta obra. Portanto penso que estamos todos de parabéns porque este Executivo não vai ter a oportunidade de durante os próximos 4 anos lançar obras deste montante, mas é dinheiro bem gasto e fico muito satisfeito certamente pela unanimidade do Executivo em lançar esta obra”.

Interveio depois o Senhor Presidente: “Começo por colocar em evidência esta decisão que, também estou certo, aliás pela forma que também já se expressaram os Senhores Vereadores, irá ser aprovada por unanimidade.

Para além do investimento, para além do esforço, da rapidez contrariamente ao que aqui é dito, quando nós conseguimos por em marcha esta obra, porque meio ano pode parecer muito tempo, não é muito tempo para uma Câmara que tem a dimensão da Covilhã, uma máquina muito pesada e portanto entre tomadas de posse, criação de equipa, orçamentação e trabalho técnico que é preciso elaborar, queria aqui felicitar os serviços da autarquia que se empenharam denodadamente porque a nosso pedido aceleraram tanto quanto foi possível este processo para que hoje pudesse estar aqui a decidir. E esta decisão é uma decisão justa. Estamos a fazer justiça ao sul do concelho. É que tem-se feito ao sul do concelho aquilo que o poder central tem feito ao interior do país. Porque há lá menos gente. E porque lá há menos votos são relegados para segundo plano. E eu tenho-o o dito, não é por ser presidente da Câmara que deixo de o dizer, disse-o sempre ao longo dos anos, que o sul do concelho viveu sempre um pouco de forma esquecida pelo “centralismo” da Covilhã. E eu penso que o lançamento desta infraestrutura é um sinal mais do que simbólico, é efectivo, é material, de que queremos inverter esse estado de coisas e é portanto um acto de justiça que estamos a fazer com as gentes do sul do concelho. Por outro lado convém não esquecer que temos ali sedeada naquela zona uma importante empresa do concelho da Covilhã que é a Sojitz Beralt que é uma grande empregadora, uma grande fonte de riqueza do concelho e portanto também é nesta hora justo que faça um agradecimento ao Conselho de Administração desta empresa que se disponibilizou também a participar nesta obra com material, também com algum dinheiro também e isso é de facto de realçar neste contexto. Também devo dizer que estamos a fazer aquilo que é a nossa obrigação. Contudo estando a cumprir o nosso dever, devemos sublinhar exactamente isso mesmo, sobretudo como referiu o Sr. Vice-Presidente, num contexto de grande adversidade financeira em que temos menos receitas, em que não podemos recorrer ao crédito e numa altura que não estamos sequer também como referiu, em vésperas de eleições. Queremos é que as obras tenham uma regularidade e continuidade. Se tivéssemos mais dinheiro mais obras faríamos, vamos fazer as que pudermos fazer e distribuindo também de forma equitativa este recurso escasso que é o dinheiro no nosso Município”.

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

Relativamente à ligação ao concelho da Pampilhosa disse já ter conversado com o Sr. Presidente acerca desta ligação, ficando de se encontrar para o efeito. “Vamos ver tanto quanto for possível se conseguimos de facto esse projecto intermunicipal porque também era bom que conseguíssemos essa ligação ao concelho da Pampilhosa que abre outros canais e outras possibilidades às pessoas e às empresas”.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o programa de concurso, o caderno de encargos – cláusulas gerais e técnicas, mapa de qualidades, peças desenhadas, plano de segurança e saúde e plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição para a execução da obra de beneficiação da EM 512 entre o rio Zêzere e a Barroca Grande, incluindo o ramal EM 512-1 até ao limite do concelho, e determinar a abertura de concurso público com preço base de 1.414.000,00 € e prazo de execução entre 270 e 365 dias, bem como aprovar a constituição do respectivo Júri.

e) Protocolos de apoio

Associação Desportiva da Estação

Presente minuta de protocolo de apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação Desportiva da Estação, tendo por objecto apoiar as actividades desportivas durante o ano de 2014, participando a Câmara Municipal com o montante de 4.000,00 €, a liquidar mensalmente, nos meses de Junho a Dezembro, com possibilidade de renovação, nos mesmos termos, até final do mandato em curso (Outubro de 2017), documento apenso à acta, e que vem acompanhado de Declaração subscrita pelo Senhor Presidente em 20/05/2014, em que o Município declara não pretender diminuir ou revogar a deliberação tomada em 22 de Junho de 2012 respeitante à atribuição de um subsídio no valor de 150.000,00 €, a pagar em duas *tranches* iguais no valor de 75.000,00 €, uma durante o ano de 2014 e a outra durante o ano de 2015, e que é sua intenção cumprir os termos do protocolo celebrado.

O Senhor Vereador Joaquim Matias proferiu a seguinte intervenção: “Como é do conhecimento de todos, já em reunião de Câmara manifestei o meu apreço por esta Associação, pelo papel que desempenha não só ao nível da formação desportiva, mas também a outros níveis.

O presente Protocolo, que visa apoiar um verdadeiro projecto de desenvolvimento desportivo ao nível da formação, e por isso merece a minha concordância, mas na Cláusula 1.ª que refere:

“É no quadro legal descrito nos considerandos e com fundamentos nos princípios supra aludidos que a Câmara Municipal da Covilhã pretende apoiar o segundo contraente, no âmbito das actividades desportivas por si, durante o ano 2014, através da atribuição de uma participação financeira a liquidar mensalmente, nos meses de Junho a Dezembro no montante de 4.000,00 € (quatro mil euros), com possibilidade de renovação, nos mesmos termos, até final do mandato em curso Outubro de 2017.”

A transferência deve ser mesmo feita mensalmente em datas certas para que se crie uma boa prática de gestão tanto da Câmara como da própria Associação que passaria a contar na data certa com aqueles montantes para solver os seus compromissos. ”

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

Ainda no uso da palavra solicitou esclarecimentos acerca da pretensão da Associação, que vinha do passado, relativamente à questão da situação financeira.

O Senhor Vereador José Pinto disse que a Associação Desportiva é uma associação que deve ser acarinhada mas que em relação a este tipo de apoios lhe merecia as considerações que passou a expor:

“Exmo. Senhor Presidente,

A proposta em análise confirma aquilo que vimos dizendo durante o presente mandato. A maioria deste executivo faz uma gestão de “navegação à vista”. O caso em apreço só confirma que a Câmara não tem uma política desportiva; não tem critérios para a atribuição de subsídios, independentemente da área a que os mesmos se destinam e isso leva a que haja coletividades, instituições que recebem todo o tipo de apoio logístico e ou financeiro; há outras que são tratadas com total desprezo, como se a outros concelhos pertencessem, ao ponto de nem sequer serem recebidas pelo Senhor Presidente ou pelos respetivos Vereadores.

Lembro que aquando da discussão do Plano e respetivo orçamento, questionámos a maioria pelo facto de o referido documento não estar acompanhado de documentos de suporte, de um programa desportivo, de um programa cultural, que perspetivassem um rumo. Aliás, fizemos alusão ao procedimento de outros executivos com gestão CDU, onde os respetivos munícipes sabem onde se perspetivavam o uso dos dinheiros de todos nós. Se já na altura desconfiávamos o que poderia vir a acontecer, hoje temos a confirmação: quem tem o padrinho ou o lobby mais influente é que leva o subsídio, e que subsídio!

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, em todas as reuniões ouvimos dizer que a Câmara se afoga em dívidas; todos os dias aparecem mais dívidas para pagar; e comentamos que a anterior câmara não fez mais que distribuir, mal, os dinheiros dos nossos impostos. Por que razão se propõe dar agora um subsídio exorbitante de 4.000 € mensais à ADE e nem sequer está disponível, revelando uma tremenda dualidade de critério, para receber outras coletividades, simplesmente para conhecerem as suas necessidades. Poderia aqui referir várias mas escolhi a Associação "Estrela do Campo de Aviação" Será porque estamos a seguir o critério do passado, apoiar os lobbys? Será porque estamos a premiar a gestão ruinosa? Será porque a Associação do Campo de aviação é uma coletividade da periferia? Será por ela dá mais prioridade a desportos como o atletismo e torneios de sueca, enquanto a ADE dá ao futebol? Mas que futebol? Um futebol para todos onde os pobres e os ricos possam participar? Onde os dois géneros possam estar lado a lado? Não. Só praticam os que têm algum jeito, muitas vezes nem ao concelho pertencem e onde as raparigas não têm lugar. Aliás, até nos é difícil perceber onde se gasta o dinheiro quando são os pais dessas crianças, que normalmente transportam os filhos, compram os equipamentos, e até os levam para lavar em casa! Receamos que, com o argumento de que será para financiar a sua prática do futebol, o subsídio seja desviado para pagar os desvarios de uns péssimos diretores quando quiseram construir instalações desportivas supérfluas, quando a cidade já tinha três campos relvados, que, bem geridos, davam para as duas coletividades da cidade. Por um lado temos quatro campos de futebol de onze, cuja manutenção é caríssima, que

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

estão subaproveitados e não temos um pavilhão desportivo na cidade, contrariamente ao que está proposto no intitulado Plano de Ação da Câmara.

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, somos defensores de um Programa de Cultura e Desporto cuja principal responsabilidade para a sua concretização seja da Câmara, nem que, para isso, esta tenha que contratar mais do que um técnico para que ponham em prática esses mesmos Programas. E aqui sim, a contratação de técnicos seria mais que justificada.

Essa seria uma política de cultura e de desporto para todos. E digo-lhes que ficaria bem mais económica.

A minha experiência como presidente de Junta da Freguesia da Boidobra e de professor diz-me que isso, para além de ser desejável, é possível. Todos conheceram a dinâmica que colocámos no uso do Parque de Lazer da Boidobra, quase a custo zero! Como? Fazendo uma parceria com o Departamento das Ciências do Desporto da UBI. Já aqui vos sugerimos uma parceria idêntica para a recuperação da habitação social, desta feita com o Departamento de Engenharia e Arquitetura, e agora com o Departamento das Ciências do Desporto. Essa parceria poderia por prever uma bolsa de estudo ou outra forma de contrapartida, que permitisse a esse departamento a elaboração do projeto e o acompanhamento do mesmo pelos alunos, com orientação dos docentes e técnicos da Câmara. Quando referi a minha experiência de professor não foi mais do que apresentar um testemunho que tal é possível, já que os meus alunos, todos os anos e durante quatro anos seguidos, tiveram os alunos deste Departamento a trabalharem com eles durante o período letivo, através também de um protocolo.

Como é possível constatar, temos recursos especializados no concelho, que em termos de custos ficariam muito mais económicos. Por outro lado e mais importante do que isso, seria o facto de o projeto poder abranger um leque maior de crianças e jovens do concelho.

Por vezes, Senhor Presidente, não precisamos de ter muito dinheiro, precisamos de pensar e saber ouvir as propostas dos outros. Não queremos com isto dizer que os subsídios não devam existir, mas para não haver injustiças temos de ter critérios como: número de participantes e se abrange mais do que um género, número de modalidades, localização geográfica da coletividade, equipamentos existentes, etc, etc. Isso sim seria uma política desportiva justa. Já agora, aproveito para vos questionar em que ponto se encontra o pavilhão municipal e a ciclovia Senhora do Carmo - Souto Alto?

Interveio depois o Senhor Vereador Pedro Farromba que em relação a determinadas afirmações por parte do Senhor Vereador José Pinto, disse que nas actividades da ADE, designadamente no futebol se verifica a igualdade do género e os seus participantes emanam de todas as classes sociais e ali vão para praticar desporto, unicamente. Questionou também sobre as infraestruturas existentes, nomeadamente se estava a estudar-se alguma possibilidade de apoio por parte do Município e a possibilidade de as instalações serem utilizadas por outras entidades, designadamente pela Universidade e pelas outras colectividades do concelho em parceria com a Câmara Municipal

O Senhor Vice Presidente Carlos Martins referiu: “Repetimos muitas vezes que temos um movimento associativo muito forte e os intervenientes precisarem de continuar com

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

as suas actividades. É verdade que o apoio que essas instituições necessitam para desenvolver as suas actividades, nem sempre é possível. Todos gostam da Covilhã mas a verdade é que a Covilhã não se desenvolveu da forma que muitos gostariam que se tivesse desenvolvido. A cidade construiu-se mas não se desenvolveu e não estou a fazer nenhuma crítica ao passado, aos anteriores responsáveis, incluindo eu que também fui Presidente de Junta durante algum tempo e até tenho o mandato suspenso por um ano, mas dizer o seguinte: o Sr. Vereador José Pinto até talvez tenha razão quando diz que temos 4 estádios e não temos um pavilhão. Foram opções do passado, mas a verdade é que não estou de acordo que esta Câmara assuma dívidas contraídas que não deviam ser contraídas. “Obviamente que quanto ao apoio às actividades, este Município terá de ter um carinho e uma sensibilidade para que todas ou a grande maioria das colectividades do concelho tenham um pequeno apoio apesar de estarmos muito limitados financeiramente porque a Covilhã não pode parar. A Covilhã tem de prosseguir com o apoio de todos. E já agora para que também se faça história, recordar que o início desta infraestrutura desportiva que é a ADE, foi na Câmara do Eng^o. Jorge Pombo, uma Câmara presidida pelo Partido Socialista”,

O Senhor Presidente disse: “Relativamente à ADE é de facto muito importante. Obviamente que não há para nós Associações de 1^a., de 2^a ou de 3^a e eu repito sempre de forma exaustiva que temos de tratar sempre de forma desigual aquilo que é desigual e ao tratarmos de forma desigual o que é desigual estamos a cumprir o princípio da igualdade. E portanto dizer que os nossos apoios são proporcionais às actividades das respectivas associações e agremiações. Disse e bem o Senhor Vice-presidente que são muitas e ainda bem. É um sinal de vitalidade do nosso concelho e uma grande herança que nós temos, mercê também da nossa história e da nossa riqueza cultural, desportiva, cooperativa e de solidariedade. E de maneira que estamos aqui a fazer justiça com uma agremiação que tem uma intensa actividade que envolve muitos jovens.

Podem dizer-me que outras existem, é verdade, com menos escala, mas procuraremos ir ao encontro das aspirações de todas elas. Não é possível, como disse, fazermos tudo de uma vez. O Senhor Vereador José Pinto falou no Estrela Campo de Aviação de que já falei por diversas vezes com o Sr. Presidente da Direcção de quem sou amigo pessoal e já lhe transmiti que estou a procurar uma solução para a sede que é neste momento a maior aspiração dessa agremiação. Outras associações precisam e merecem ajuda, e vamos no fundo procurar compagnar tudo isso”.

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu-se à questão da falta do pavilhão gimnodesportivo municipal dizendo já ter conversado com o Sr. Vereador Jorge Torrão sobre o interesse em receber o pavilhão do INATEL cuja cedência tem também como condição a aceitação de um funcionário, possibilidade que considerava interessante porque a Covilhã ficaria com um pavilhão, embora não sendo dos melhores, e apesar de apesar de ser necessário fazer algum investimento na cobertura.

Interveio a seguir o Senhor Vereador Jorge Torrão que agradeceu as intervenções e os alertas e que quanto ao pavilhão do INATEL e à possibilidade da transferência da sua titularidade, o processo já vir do executivo anterior. Relativamente às intervenções anteriores, disse: “Na minha anterior situação profissional acompanhei alguns trabalhos técnicos da Câmara Municipal de então que estamos de facto a trabalhar e a dar continuidade. Existem alguns pontos que são favoráveis e outros desfavoráveis, tais

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

como tomarmos conta do equipamento, das instalações e ali operarmos as modificações até porque as instalações estão em completa degradação e a Covilhã precisar daquela instalação em condições. A Câmara Municipal vê com bons olhos a aquisição ou a transferência de poderes, embora os montantes envolvidos para a recuperação são montantes bastante elevados. No entanto estamos em contacto com o INATEL para vermos a possibilidade dessa transferência e de se operarem as modificações que a instalação necessita”.

Continuando disse “Quanto ao que disse o Senhor Vereador José Pinto eu penso que não está a dar o benefício de a Câmara ter um Vereador, a uma pessoa que trabalhou no associativismo estes anos todos e ser um Técnico de Desporto e um técnico que planificou sempre as coisas onde trabalhou. Chegámos ao ponto daquilo que fizemos no desporto e na cultura onde não faço críticas. Agora o que eu digo é o seguinte: a Covilhã merece mais, os cidadãos merecem mais. E merecem fundamentalmente ordenamento, bons preceitos com trabalho e planificação. Para se trabalhar e para se planificar, não é de cartilha que eu funciono, funciono de facto com bases também. Apoiado em bases científicas. O Senhor Vereador José Pinto fala aqui das ciências do desporto e nas ciências da cultura, ou das culturas ligadas à Universidade da Beira Interior e venha a dizer isso desde que cheguei à Câmara Municipal da Covilhã. Eu penso que em conversas que já tive com o Sr. Vereador que lhe falei das minhas preocupações. Portanto temos estado a trabalhar em programas que podem ser consubstanciados em protocolos, em documentos e em acções cientificamente sustentadas e é assim que eu penso que a Câmara Municipal deve fazer para não estar aqui a fazer uma navegação à vista como o Sr. Vereador diz.

O Sr. Vereador é rigoroso, eu sei que é rigoroso na sua vida pessoal, profissional e política e os outros também o são. Dê-nos pois esse crédito porque acho que também o merecemos. E mais do que isso, exigimos que as suas palavras ponham qualidade na referência que faz a quem trabalha.

Portanto o que nós precisamos é de um plano estratégico que deve ser um plano para além de 4 anos de um mandato. Eu penso que a Covilhã precisa de um plano estratégico para tudo o que tem a ver com a sua vida como urbe, como grande cidade e como grande concelho que é. Um plano estratégico que ultrapasse de facto quezílias e interpretações meramente pontuais e subordinadas meramente a uma visão partidária ou a uma visão muito discreta. Portanto acho que temos todos e aí sim, estou com toda a Vereação, aceito do Sr. Vereador José Pinto os seus subsídios que são importantes para que de facto nessa devoção que nós devemos à nossa cidade, ao nosso concelho e à nossa região, possamos todos operar com base na ciência do desporto e da cultura, com a Universidade e com todos aqueles que estão no terreno, os agentes desportivos, as associações, os seus dirigentes, os seus técnicos, os seus associados e é isso que eu estou a fazer. Agora não posso é de facto, não consigo ser um *globetrotter*, que não sou, nunca fui um *globetrotter* do desporto, sou sim um indivíduo que dentro da humildade do meu trabalho e da responsabilidade que me compete fora da vida política ou dentro dela, o fiz e vou continuar a fazer. E o que estou a fazer é o seguinte: há uma primeira ideia e uma primeira prioridade que é a do ordenamento, disse-o ainda era adjunto do Sr. Presidente da Câmara, disse-o uma vez numa reunião ao Sr. Vereador José Pinto. Depois uma segunda fase que está a ser implementada, que é a criação das ferramentas de suporte e aí sim aquilo que o Sr. Vereador enuncia que é a implementação de um programa. Estas três fases, o Sr. Vereador dê-me o crédito de eu as estar a trabalhar, de as estar a pensar, de as estar a reflectir e estar a actuar.

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

Efectivamente, deparei-me com um sistema desordenado, muito feito por pressão de agentes, por vários tipos de razões desde os chegam mais próximo das zonas de pressão e têm aí mais atenção, e por outras e variadíssimas razões. Comigo isso não vai acontecer. Qualquer tipo de pressão connosco na nossa equipa de trabalho, tal não irá acontecer. Isto porque estamos a planificar para sermos precisos e executarmos programas que sejam efectivamente do interesse da comunidade. A sua preocupação é a minha preocupação, Senhor Vereador José Pinto. O que eu tenho feito é descobrir e tentar e já o sabia porque tenho trabalho feito nesse campo, pontos fracos, pontos fortes, oportunidades e ameaças no sistema do desporto e da cultura no nosso concelho. São várias as oportunidades que nos aparecem, mas são várias as ameaças e portanto é preciso estarmos muito conscientes e virmos para aqui para a casa da democracia como diz o Vereador Joaquim Matias, mais do que isso, para a casa da responsabilidade que nos compete a todos nós cidadãos estejamos em que patamar estejamos a trabalhar e a vivenciar essa cidadania. Em defesa do desporto e da cultura na Covilhã precisamos de fazer fundamentalmente um plano realista, exequível e verdadeiro. Conte comigo para isso Sr. Vereador José Pinto”.

O Senhor Vereador José Pinto respondeu: “Eu não quis levar a coisa tanto a peito. O Senhor está a levar demasiado a peito. Disse que não usava nenhuma cartilha mas o que acabou de dizer foi com base numa cartilha, em teorias, conceitos, fez um pouco disso, mas tem o direito de o fazer. Agora eu gosto de coisas práticas, de coisas palpáveis e recordo que fiz uma proposta em relação às comemorações do 25 de Abril e daquilo que eu sei é que nada se fez apesar das propostas terem sido elogiadas. E nós estamos aqui a necessitar urgentemente de algo palpável no campo do desporto e eu de facto fiz um desafio fundamentado na experiência anterior e com toda a lógica porque penso que temos cá gente que poderá ajudar-nos a pensar ou até a pensar por nós e com custos menos relevantes. O que é a minha preocupação é uns terem apoio de 4.000 euros para aquilo que já aqui foi referido e outros nem sequer serem recebidos, porque há instituições que não conseguem falar com o Sr. Presidente ou com o Sr. Vereador e são essas que se queixam da tal dualidade de critérios. Mas de facto nós precisamos de algo palpável e eu já vou ver a seguir se há dinheiro, se há dinheiro para dar 4.000 euros a esta associação, que me merece o meu respeito mas que como ela há outras, da cultura e do desporto e não me parece que esteja a haver o mesmo interesse e dada a mesma importância ao trabalho que elas desenvolvem. Mas verei se noutro assunto que vamos debater mais à frente para ver se há essa disponibilidade de ajudar os jovens de forma igual.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar a minuta do protocolo de apoio a celebrar com a Associação Desportiva da Estação, para apoiar as actividades desportivas durante o ano de 2014, através de uma comparticipação financeira a liquidar mensalmente, nos meses de Junho a Dezembro, no montante de 4.000,00 €, com possibilidade de renovação, nos mesmos termos, até final do mandato em curso (Outubro de 2017).

Mais deliberou, do mesmo modo, ratificar o acto declarativo datado de 20/05/2014, do Senhor Presidente da Câmara Municipal em que declara não pretender diminuir ou revogar a deliberação tomada em 22 de Junho de 2012 respeitante à atribuição de um subsídio no valor de 150.000,00 €, a pagar em duas *tranches*

iguais no valor de 75.000,00 €, uma durante o ano de 2014 e a outra durante o ano de 2015, e que é sua intenção cumprir os termos do protocolo celebrado.

Declaração de voto do Senhor Vereador José Pinto

“A justificação para a minha abstenção fundamenta-se na intervenção que fiz sobre este ponto da ordem de trabalhos.”

f) Proposta de aumento temporário de fundos disponíveis

Presente proposta do Serviço de Contabilidade para autorização municipal de aumento temporário de fundos disponíveis, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, em conjugação com o n.º 1 e n.º 2 do art.º 6.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, de harmonia com a justificação inserta na referida proposta, documento apenso à acta.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar a proposta apresentada autorizando o aumento temporário dos fundos disponíveis, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 4.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, em conjugação com o n.º 1 do art.º 6.º do Dec. Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho.

5.2 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Recepções provisórias

Obra de reparação da cobertura do Jardim de Infância do Teixoso

A coberto da informação n.º 277, de 05/05/2014, da Divisão de Obras, foi presente o auto de recepção provisória da obra de reparação da cobertura do Jardim de Infância do Teixoso, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, por unanimidade, deliberou homologar o auto de recepção provisória da obra de reparação da cobertura do Jardim de Infância do Teixoso.

b) Liberação de caucões

Obra de ampliação do Cemitério de Verdelhos – freguesia de Verdelhos

Presente a coberto da informação n.º 263 de 30/04/2014, da Divisão Obras, auto de vistoria à obra de ampliação do Cemitério de Verdelhos – freguesia de Verdelhos, realizada ao abrigo do Dec. Lei n.º 190/2012, de 22 de Agosto, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 15 % da caução total da obra.

A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação dos serviços, deliberou autorizar a liberação de 15 % da caução prestada no contrato de empreitada da obra de ampliação do Cemitério de Verdelhos – freguesia de Verdelhos.

c) Contas Finais

Reparação da cobertura do Jardim de Infância do Teixoso

A coberto da informação n.º 278, datada de 05/05/2014, da Divisão de Obras, foi presente a conta final da empreitada da obra de reparação da cobertura do Jardim de Infância do Teixoso, cujos trabalhos totalizam 12.100,00 €.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a conta final da empreitada de reparação da cobertura do Jardim de Infância do Teixoso.

d) Trânsito e Sinalização

Estudo de Regulamentação de Trânsito na Estrada e Travessa do Sineiro (zona envolvente ao entroncamento das vias)

Presente a informação n.º 60/2014 do Serviço de Trânsito e Sinalética da Rede Viária, datada de 12/11/2014, acompanhada de Estudo de Regulamentação de Trânsito na Estrada e Travessa do Sineiro (zona envolvente ao entroncamento das vias).

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Estudo de Regulamentação de Trânsito na Estrada e Travessa do Sineiro (zona envolvente ao entroncamento das vias).

Estudo de Regulamentação de Trânsito do Largo Silvestre Castelo Branco – Freguesia de Dominguiso

Presente a informação n.º 19/2014 do Serviço de Trânsito e Sinalética da Rede Viária, datada de 05/05/2014, acompanhada de Estudo de Regulamentação de Trânsito do Largo Silvestre Castelo Branco – Freguesia de Dominguiso.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Estudo de Regulamentação de Trânsito do Largo Silvestre Castelo Branco – Freguesia de Dominguiso.

Lugar de estacionamento reservado a pessoas com deficiência na zona de estacionamento junto ao edifício da Polícia da Segurança Pública – Rua da Misericórdia – freguesia de Covilhã

Presente informação n.º 20/2014, da Divisão de Serviços Operativos, datada de 07/05/2014, propondo, que se proceda à colocação de um sinal vertical H1 (estacionamento autorizado), complementado com placa adicional com a inscrição “1 Lugar” e marcação horizontal de um lugar de estacionamento autorizado reservado a pessoas com deficiência, junto ao edifício da Polícia de Segurança Pública – Rua da Misericórdia – freguesia de Covilhã.

A Câmara, por unanimidade, deliberou proceder à colocação de um sinal vertical H1 (Estacionamento autorizado), complementado com placa adicional com a inscrição “1 Lugar” e marcação horizontal de um lugar de estacionamento autorizado reservado a pessoas com deficiência, junto ao edifício da Polícia de Segurança Pública – Rua da Misericórdia – freguesia de Covilhã.

5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

a) Extinção de cauções

- Processo n.º 466 – Planilote – Empreendimentos Imobiliários, Lda.

Presente informação do Departamento de Urbanismo, com data de 27/03/2014, respeitante ao pedido de extinção da caução das obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará de loteamento n.º 5/05, formulado por Planilote – Empreendimentos Imobiliários, Lda., propondo, face à recepção definitiva total das obras de urbanização, a extinção da caução prestada sob a forma de garantia bancária n.º 07540000746820019 da Caixa Geral de Depósitos, actualmente no valor de 19.793,42 €.

A Câmara, com a abstenção dos Senhores Vereadores Pedro Farromba e Marta Alçada, e tendo por base a informação técnica, deliberou nos termos do n.º 5 do art.º 54.º do RJUE, na redacção da Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro, autorizar a libertação da caução das obras de urbanização do loteamento titulado pelo alvará de loteamento n.º 5/05, prestada sob a forma de garantia bancária n.º 07540000746820019 da Caixa Geral de Depósitos, actualmente no valor de 19.793,42 €.

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

5.4 - DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Não foram agendados assuntos neste ponto da ordem de trabalhos.

5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

a) Delegação de competências nas Freguesias – contratos de delegação

Presente proposta n.º 22/2014, do Senhor Vereador Jorge Torrão, datada de 14/05/2014, dando conta que no âmbito da delegação de competências nas Juntas de Freguesia para a contratação de colaboradores para assegurar o funcionamento da componente de apoio à família nos Jardins de Infância e actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico, no ano 2012, os montantes transferidos não incluíram o valor correspondente à taxa contributiva de 5% para a Segurança Social, devida nos termos do n.º 3 do art.º 151º do Código dos Regimes Contributivos, a que as entidades contratantes (Juntas de Freguesia) estavam sujeitas por força do disposto no art.º 140.º do mesmo Código, e que agora vêm reclamar, propondo a transferência dos montantes envolvidos, mediante a celebração de contratos de delegação, de harmonia com a minuta anexa, documento apenso à acta.

O Senhor Vereador Joaquim Matias colocou a seguinte questão:

“Quanto aos 5% da Taxa Contributiva para a Segurança Social dos valores relativos à contratação de colaboradores para os Jardins de Infância e as Escolas do 1.º ciclo, pretendo saber:

- 1 – Quais as escolas, ao nível do concelho da Covilhã que no ano lectivo de 2012 tinham colaboradores contratados através das Juntas de Freguesia para o desempenho das funções referidas?
- 2 – Só as Freguesias que constam do mapa anexo a este processo referenciado como proposta 022, estão em incumprimento para com a Segurança Social?

Instada pelo Senhor Presidente, a Senhora Dr.ª. Sónia Reis informou que os protocolos foram tratados de harmonia com os comprovativos enviados pelas Juntas de Freguesia que tinham sido notificadas pela Segurança Social; que esta situação só se aplica quando se atinge um determinado montante e que só no ano seguinte a Segurança Social verifica através das declarações de rendimentos em sede de IRS; que os serviços só elaboram as propostas de protocolos com os comprovativos que lhe são apresentados.

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu que a Junta de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis cujos dados foram fornecidos pela Sr.ª. Presidente de Junta não havia sido contemplada e que segundo a autarca daquela freguesia os elementos foram fornecidos, e por isso ser preciso que os Serviços assumam o lapso pontual.

Continuando disse “voto favoravelmente o que é proposto e lamento que uma situação de 2012 só se resolva agora. Que estes assuntos sejam devidamente ponderados e portanto se houver por parte dos serviços alguma dúvida não custa nada contactar as 21 freguesias e perguntar qual o ponto da situação para não haver, como acredito que não haja, alguma atitude discriminatória, e para não haver dúvidas e perdas de tempo.

Instada pelo Sr. Presidente a Dr.ª. Telma Madaleno informou sobre a razão de ser destes protocolos nomeadamente as obrigações impostas pelo Código Contributivo e que estas situações chegam ao conhecimento dos serviços através das Juntas de Freguesia, sendo depois confirmadas pelos serviços camarários; que no caso de Aldeia de S. Francisco de Assis o assunto virá à próxima reunião para depois ir à Assembleia Municipal ao mesmo tempo que os protocolos agora presentes; que os serviços assumiram o erro e

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

foram apresentadas desculpas à Senhora Presidente da Junta de Freguesia em nome dos serviços e da Câmara Municipal.

O Senhor Vereador José Pinto referiu que estas situações acontecem todos os anos e que no caso da Boidobra como não há autorização da Assembleia não há a possibilidade de assinar protocolos, o que lamentava, porquanto, disse, esta situação que a Boidobra está a viver é o resultado daquilo que foi feito pela oposição PS, PSD e CDS.

Interveio por último a Senhora Vereadora Marta Alçada que manifestou satisfação pela apresentação destes contratos de delegação de competências e aproveitar para enaltecer o trabalho de todas as Juntas de Freguesia na satisfação das necessidades das respectivas populações.

A Câmara, por unanimidade e tendo por base a informação dos serviços, deliberou aprovar a celebração de contratos de delegação transferindo para as Juntas de Freguesia a seguir indicadas, o valor correspondente à taxa contributiva de 5% para a Segurança Social, nos termos do Código dos Regimes Contributivos, no valor total de 6.705,60 €.

Mais foi deliberado remeter os contratos de delegação para aprovação da Assembleia Municipal da Covilhã, ao abrigo do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Freguesias	Natureza do serviço	N.º de colaboradoras	Verba total apurada de Taxa Contributiva
Barco e Coutada	Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º Ciclo da Coutada	1	126,27€
Covilhã e Canhoso	Jardim de Infância do Canhoso	2	509,14€
	Jardim de Infância de S. Silvestre	1	236,41€
	Escolas Básicas 1.º Ciclo	7	1618,18€
			Total – 2.363,73€
Cantar Galo e Vila do Carvalho	Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º Ciclo de Vila do Carvalho	3	775,29€
Orjais	Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º Ciclo de Orjais	2	607,30€
Paul	Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º Ciclo de Paul	2	418,37€
Peraboa	Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º Ciclo de Peraboa	3	1.005,46€

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

S. Jorge da Beira	Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º Ciclo de S. Jorge da Beira	3	807,67€
Tortosendo	Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º Ciclo do Tortosendo	3	497,28€
Unhais da Serra	Jardim de Infância e Escola Básica do 1.º Ciclo de Unhais da Serra	2	104,23€

Declaração de voto do Senhor Vereador Joaquim Matias

“Tendo em conta as explicações dadas pelos responsáveis dos serviços e tendo em conta o compromisso assumido que a transferência será feita após deliberação da Câmara e ratificação da Assembleia Municipal, voto favoravelmente.”

b) Protocolo de colaboração de cedência de instalações

Associação de Diabéticos da Serra da Estrela

Presente proposta n.º 23, do Senhor Vereador Jorge Torrão, datada de 16/05/2014, propondo a aprovação da minuta de protocolo de colaboração de cedência de instalações à Associação de Diabéticos da Serra da Estrela, tendo por objecto a cedência do uso, em regime de comodato, por um prazo de dois anos, renovável por idêntico período, de duas salas, localizadas no edifício da Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 62, 1.º Dt.º, documento apenso à acta.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar a minuta de protocolo de cedência de instalações a celebrar com a Associação de Diabéticos da Serra da Estrela, tendo por objecto a cedência do uso, em regime de comodato, por um prazo de dois anos, renovável por idêntico período, de duas salas localizadas na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 62, 1.º Dt.º.

c) Plano de transportes escolares – 2014/2015

Foi presente a proposta n.º 21/2014, datada de 09/05/2014, do Senhor Vereador Jorge Torrão, propondo a aprovação do Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2014/2015.

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

O Senhor Vereador Joaquim Matias referiu que pese embora as referências constantes da nota introdutória no que respeita à previsão dado estar a decorrer o reordenamento da rede escolar, deixava a sugestão do adiamento da votação do Plano de Transportes para daqui a 15 dias, perguntando se seria penalizador para os serviços ou para o processo, tendo em conta o reordenamento da rede escolar com base no previsível encerramento de algumas escolas, que infelizmente e conscientemente achava que ninguém teria dúvidas de vir a acontecer. Que apesar de reconhecer que a elaboração do Plano é um trabalho exaustivo que dá muito trabalho, a sua preocupação era saber se eventualmente a Câmara Municipal não sairia penalizada depois por ter feito algum transporte especial uma vez não ter sido programados estes transportes.

O Senhor Presidente referiu a propósito que isso significaria estar a aceitar-se implicitamente o encerramento das escolas. “Compreendo a sua preocupação que é legítima, é oportuna e faz todo o sentido, mas a verdade é que no rigor e nos princípios que vivemos numa sociedade muito mediatizada em que a informação antes de o ser já o era, a verdade é que esta posição que eu reitero e acho que é pertinente, poder ter essa leitura. Não estou contra essa proposta que parece avisada e prudente, contudo podemos estar aqui a dar um sinal ao poder central dando a entender que admitimos, como dado adquirido que as escolas vão encerrar. É o único óbice que tenho em relação à sua proposta.

O Senhor Vereador José Pinto: “Comungo da sua preocupação, mas tenho outra justificação para o adiamento da discussão e votação deste documento, primeiro porque tem erros embora não graves mas que são erros. Fala na unidade de surdos-mudos no Agrupamento Pêro da Covilhã, quando essa terminologia não existe. O que existe é a unidade especializada de apoio à deficiência mental tal como existe no Paúl e no Teixoso. Por outro lado quando se fez o reagrupamento das escolas do Tortosendo com o agrupamento da Frei Heitor Pinto, refere-se que o Ferro faz parte do agrupamento Frei Heitor Pinto e não faz. Por outro lado são referidas todas as freguesias menos as duas de onde são originárias os agrupamentos, nomeadamente o Tortosendo e o Paúl. Portanto acho que deve haver algum cuidado na elaboração do documento. Mas o que me leva a propor que o documento seja retirado é uma proposta que eu tenho para apresentar e que é a seguinte:

“Senhor Presidente, Senhores vereadores, se todos os assuntos que vêm à reunião do executivo devem merecer a minha melhor atenção e empenho, este merece, por defeito de formação, especial atenção.

Assim, faz hoje oito dias, no passado dia 16 de maio, fomos ao encontro da população e em particular dos jovens na vila do Paul. Apanhámos o autocarro das 7h e 40 m, que vinha já de S. Jorge da Beira, e acompanhamo-los até à Covilhã.

Já tínhamos a informação que aqueles jovens sofriam muito com o transporte: levantam-se cedo e normalmente chegam tarde a casa; o transporte é frio de inverno e quente no verão; a estrada é péssima; têm pouquíssimas carreiras, por vezes a lotação excede o razoável. Por vezes, quando acabam as aulas da manhã e porque não apanham o transporte da 13h, têm que ficar para o fim da tarde; como se só por si isto não fosse desgastante e desmotivante, imagine-se, os pais têm que pagar 120 € mensais.

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

Zona de embarque	Transportadora	Preço de passe escolar
Casegas	Auto Transportes do Fundão	100 €
Paul	Auto Transportes do Fundão	89,90 €
Peraboa	Auto Transportes do Fundão	70 €
Vale Formoso	JOALTO	52 €
Tortosendo	COVIBUS	36,50 €
S. Jorge	Auto Transportes do Fundão	120 €
Barroca/A. S. Francisco	Auto Transportes do Fundão	114 €

Senhor Presidente, estamos a falar de jovens de 14, 15, 16, 17 anos. Estamos a falar de jovens que passam três horas e meia nos transportes e que, ao fim de semana ou nas férias, se pretenderem sair da terra e virem à cidade ter com os amigos, ir à piscina, ao cinema, ao teatro, não existem transportes ou os que existem não servem as suas intenções.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Vereadores, estes são os jovens que mais merecem a nossa atenção, até porque eles foram claros na sua exposição. Quem diz os de S. Jorge, diz os da Barroca Grande, diz os do Sobral de S. Miguel, Casegas ou de Verdelhos. Se queremos que estes jovens concluam os seus estudos e assim termos jovens instruídos e formados; se queremos que não abandonem precocemente os estudos; se queremos que estas terras continuem a ter pessoas, temos que os ajudar. Aliás, na passada terça-feira assisti à saída e entrada dos mineiros no turno das 15 horas e digo-vos que foi constrangedor. Não porque a profissão não seja uma profissão digna, aliás, alguns, se não a maioria, até gosta do que fazem, mas é uma profissão desgastante, perigosa e muito mal paga. Penso que nenhum de nós terá qualquer dúvida! Apesar de todos estes adjetivos que caracterizam a profissão, a administração da empresa ainda queria que das 8 horas diárias que cumprem, passassem a fazer 10 horas sem verem o sol, fazendo inclusive as refeições dentro das minas.

Permitam-me assim que aqui mostre a minha solidariedade à luta que eles estão a desenvolver e dizer que, ao contrário de alguns, que pretendiam que estes homens, com H maiúsculo, não lutassem pelos seus direitos, a força política que aqui represento e eu próprio só temos que os incentivar em levar por diante as suas reivindicações, até porque já obtiveram resultados. As 10 horas já foram pelo rio Zêzere a baixo e o aumento de vencimento também está no bom caminho.

Desculpem este parêntese, mas a propósito do ponto em discussão e para justificar a minha proposta, não poderia deixar de vos dar este testemunho.

Assim, proponho que a Câmara apoie a família dos jovens que frequentam o ensino secundário. Estamos num momento difícil para muitas famílias; estamos a falar do

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

ensino obrigatório; estamos a falar da formação académica da nossa juventude e a precaver o futuro do concelho e do país com a formação destas mulheres e homens.

Assim, esta câmara e à semelhança do que a anterior já fez, em determinados períodos, proponho que seja pago 50% do passe aos alunos que frequentam o ensino secundário no concelho.

Acho que é de inteira justiça que esta Câmara tenha esse cuidado. Temos 4.000 euros para dar à ADE que merece, temos que ter o cuidado de responder a estas situações. Esta é a minha proposta. Penso que poderia retirar-se o ponto da ordem de trabalhos e a inclusão desta proposta.

Sei que tem custos e que é preciso fazer contas mas estes jovens merecem até porque estamos a falar de escolaridade obrigatória.

O Senhor Presidente respondeu que as situações enquadradas no escalão 1 do abono de família estão sempre salvaguardadas a 100%. Continuando disse; “no ensino secundário o nosso entendimento, porque estamos em dificuldades e indo de encontro ao princípio da igualdade e da necessidade, propunha e no fundo é essa a nossa intenção, que as escolas sinalizem o estado de carência dos alunos que efectivamente têm necessidades no secundário e a Câmara estará cá para assegurar não em 50% mas até na íntegra. Agora não vamos é atribuir subsídios indiscriminadamente, porque iríamos prejudicar aqueles que mais necessitam, e temos de ser parcimoniosos na gestão dos escassos recursos financeiros. Agradeço a sua sugestão que está de alguma forma em sintonia, no sentido de que estamos preocupados com as pessoas que efectivamente precisam, necessitam de apoio.

O Senhor Vereador José Pinto respondeu: “eu até compreenderia se não houvesse precedentes. A tal equidade que nem sempre existe. As crianças do 1º. Ciclo e do pré-escolar almoçam de forma gratuita nos estabelecimentos e não está a ser usado o critério de pertencerem ao escalão A ou B. Temos que ter cuidado e eu apesar de ter dito ser escolaridade obrigatória, pode ser lapso meu, mas quase que afirmo que o secundário não é abrangido da mesma forma que o básico.

Mas a questão que eu coloco é a de que até que ponto é possível, e depois nos retratarmos a tempo de ajudar estes jovens”.

Seguidamente perguntou quanto é que a Câmara recebe do Estado.

O Senhor Presidente disse aproveitar para neste contexto da escassez dos recursos para dizer que da DREC recebemos mensalmente 7.500 euros e despendemos todos os meses 40.000 euros, cuja discrepância entre a receita e a despesa a este propósito implica um esforço financeiro muito significativo por parte da Câmara.

O Senhor Dr. Júlio Costa esclareceu que o montante transferido da Administração Central é na ordem dos 92.000 euros para transportes escolares, valor que não é actualizado, quando temos um custo anual entre 450 a 500.000 euros.

A Senhora Dr.^a Sónia Reis esclareceu que o plano anual de transportes escolares foi elaborado de acordo com os normativos e legislação em vigor e com a participação dos agrupamentos de escolas; que quanto aos alunos do secundário, em articulação com as

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

transportadoras, são encaminhámos para o título de transporte 4-18 que é um passe escolar na mesma só que é um passe escolar que não emitido via Câmara, sendo os alunos que directamente entregam a declaração de matrícula e pedem esse título de transporte às respectivas transportadoras.

O Senhor Vereador José Pinto informou que faria chegar aos serviços as correções que deveriam ser tomadas em conta no documento.

O Senhor Presidente propôs que independentemente do plano, com as devidas correcções, fosse solicitado às Escolas para que sejam sinalizados os casos de carência e necessidade dos alunos do secundário a fim de poder participar-se não em 50% mas na totalidade.

A Câmara, por unanimidade, deliberou aprovar o Plano de Transportes Escolares para o ano lectivo 2014/2015.

Mais deliberou que os serviços solicitem aos Agrupamentos de Escolas a identificação das situações de carência e necessidade dos alunos do ensino secundário para efeitos de comparticipação dos respectivos transportes escolares.

a) Habitação Social

Atribuição de habitações

Presente as informações n.ºs 210/2014, 211/2014, 212/2014, 216/2014 e 217/2014, datadas de 06/05/2014, 12/05/2014 e 14/05/2014, respectivamente, do Serviço de Habitação, propondo a atribuição de habitações sociais aos munícipes identificados no quadro seguinte:

Munícipe	Locado	Localização	Tipo
Maria Otília Dias Castanheira	Bairro do Património, Bloco 1, r/c Esq.	Covilhã	T1
Maria de Lurdes Ferro Bolota Loureiro	Bairro do Cabeço, Bloco 4 – 1.º Esq.º	Tortosendo	T1
Tomás Miguel Duarte Pinto	Bairro do Cabeço, Bloco 15 – 3.º Dt.º	Tortosendo	T2
Ana Margarida Alves Ferreira Simões	Bairro do Cabeço, Bloco 3 – 1.º Esq.º	Tortosendo	T3
Vitor Manuel Borrego Manteigas	Bairro do Cabeço, Bloco 9 – 2.º Dt.º	Tortosendo	T2

A Câmara, por unanimidade e nos termos das informações do serviço, deliberou atribuir habitações sociais a Maria Otília Dias Castanheira, Maria de Lurdes Ferro Bolota Loureiro, Tomás Miguel Duarte Pinto, Ana Margarida Alves Ferreira Simões e Vitor Manuel Borrego Manteigas.

I - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

. **Amélia Borges**, da Covilhã, que solicitou intervenção urgente na sua habitação, por esta ter muita humidade e se encontrar degradada, provocando-lhe problemas graves de saúde e prejuízos nos seus bens.

O Senhor Presidente deu aos serviços para se deslocarem ao local a fim de verificarem a situação, para posterior intervenção.

. **Ermelinda Sousa**, da Covilhã, que apresentou problemas de infiltrações existentes na sua habitação nomeadamente num quarto e na arrecadação do sótão, que necessitam de intervenção, e sobre a conflitualidade existente no prédio em que habita; que foi impedida de dar conta destas situações, por escrito, ao Sr. Presidente da Câmara por parte de um funcionário da Câmara que é Presidente da Junta de Freguesia de Peraboa, a quem se dirigiu para o efeito.

O Senhor Presidente da Câmara disse que iria mandar os serviços verificar a situação nomeadamente os problemas referidos na habitação e, quanto aos conflitos entre vizinhos, aconselhava ponderação e comedimento nas palavras, apelando ao diálogo positivo sobre as questões respeitantes ao uso e gestão dos espaços comuns do prédio e não o arremesso de questões particulares, o que muito se lamentava.

Quanto à questão relacionada com o funcionário Sr. Sílvio Dias disse que iria averiguar o que se passou, sendo certo que qualquer cidadão da Covilhã é livre de contactar, por qualquer meio, com o Presidente da Câmara Municipal, e manifestou a sua disponibilidade para uma reunião a realizar logo que a sua agenda o permita.

. **Rui Baltazar**, da Covilhã que, na qualidade de também morador do prédio da D. Ermelinda Sousa lamentou os problemas existentes no prédio onde reside, no que respeita às relações entre os vizinhos, apelando para que a Câmara intervenha na resolução dos mesmos, nomeadamente para se acordar entre todos um o valor mensal para fazer face às despesas de limpeza e manutenção do mesmo, conforme tinha sido combinado numa reunião no prédio pedida ao Sr. Vereador do Pelouro Dr. Jorge Torrão e ao Sr. Sílvio Dias, em que estiveram presentes as técnicas da Covilhã Solidária. Referiu ainda que o prédio necessita ser intervencionado por existirem inúmeros problemas de humidade, infiltrações, etc., e por último agradeceu a colocação de uma mesa no espaço fronteiro ao edifício.

. **Carlos Barroca**, da Covilhã, que solicitou a intervenção da Câmara relativamente à habitação onde reside que se encontra com problemas de construção com o reboco das paredes está a cair e graves problemas de humidade que já originaram a destruição de algum vestuário. Referiu ainda que os terrenos em volta estão cheios de lixo e muita bicharada o que não abona a favor da opinião dos turistas que por ali passam.

O Senhor Presidente ordenou ao Senhor Eng.º Jorge Vieira para proceder ao levantamento da situação para se tentar debelar o problema e eventualmente recorrer-se à caução do empreiteiro e ao Senhor Dr. João Marques, responsável pela ADC, para que fosse feita uma vistoria ao local e proceder-se à limpeza do terreno.

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

. **Luís Proença**, do Teixoso, que reclamou o arranjo de um caminho sito na Senhora do Carmo que há mais de um ano tinha pedido, em que nove famílias residentes se responsabilizam pelo pagamento dos materiais necessários e a Câmara Municipal a disponibilizar pessoal e máquinas; que a anterior Vereação tinha dado início ao espalhamento de algum material e sido lá depositado mais algumas carradas de tout-venant para futuro espalhamento e que depois foi levantado em parte; que mantinham o mesmo propósito de comparticipação das obras.

O Senhor Presidente disse que o problema do arranjo dos caminhos é comum, pelo que os serviços técnicos iriam verificar a possibilidade de intervenção.

A Senhora D. **Ermelinda Sousa** questionou ainda sobre a taxa de ocupação do subsolo que a Beiragás continua a cobrar apesar de a Assembleia Municipal ter isentado o pagamento dessa taxa até ao final do ano de 2014.

O Senhor Presidente respondeu que a Câmara Municipal não está a receber qualquer receita relativa à cobrança da taxa de ocupação do subsolo; que a Câmara Municipal perdeu a acção em Tribunal e que em quanto durou essa acção que durou cerca de três anos, a empresa não cobrou essa taxa e por virtude da sentença está a fazê-lo agora, ou seja está a cobrar agora o que devia ter cobrado no passado, uma cobrança com efeitos retroactivos; que no que respeita à isenção está determinada até ao final de 2014.

ACTA DA REUNIÃO DE 23/05/2014

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente acta foram aprovadas por unanimidade, com excepção daquelas em que é referido outro modo de votação.

ENCERRAMENTO

Pelas 12,56 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Directora do Departamento de Administração Geral.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 34.705,60 €.

O Presidente, _____

A Directora do Departamento de Administração Geral _____